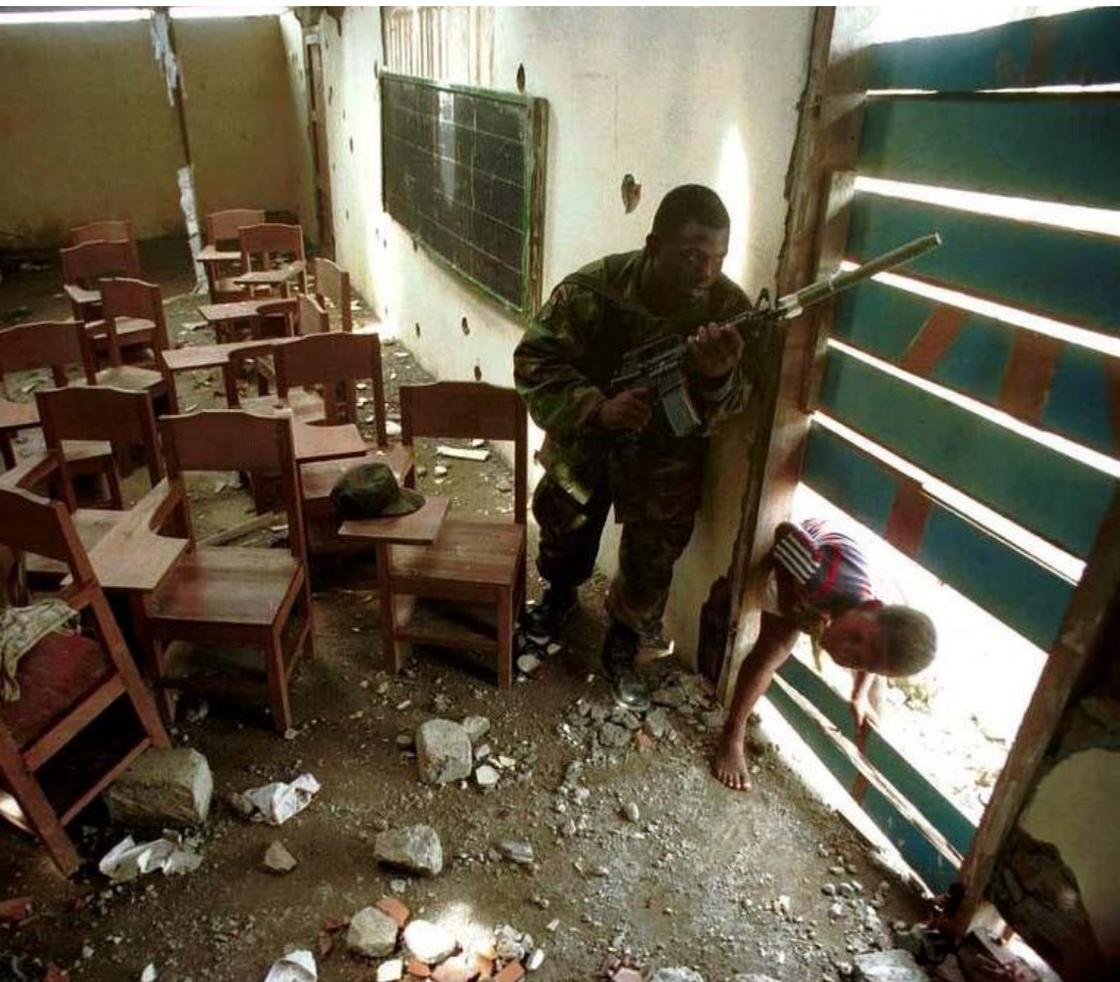


REDE INTERINSTITUCIONAL PARA A EDUCAÇÃO EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA

# MANUAL SOBRE EDUCAÇÃO SENSÍVEL ÀS QUESTÕES DE CONFLITO



**INEE**

An international network for education in emergencies  
Un réseau international pour l'éducation en situations d'urgence  
Una red internacional para la educación en situaciones de emergencia  
Uma rede internacional para a educação em situações de emergência  
الشبكة العالمية لوكالات التعليم في حالات الطوارئ



REDE INTERINSTITUCIONAL PARA A EDUCAÇÃO EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA

# MANUAL SOBRE EDUCAÇÃO SENSÍVEL ÀS QUESTÕES DE CONFLITO

**INEE**

An international network for education in emergencies  
Un réseau international pour l'éducation en situations d'urgence  
Una red internacional para la educación en situaciones de emergencia  
Uma rede internacional para a educação em situações de emergência  
الشبكة العالمية لوكالات التعليم في حالات الطوارئ



An international network for education in emergencies  
Un réseau international pour l'éducation en situations d'urgence  
Una red internacional para la educación en situaciones de emergencia  
Uma rede internacional para a educação em situações de emergência  
الشبكة العالمية لتكاملات التعليم في حالات الطوارئ

A Rede Interinstitucional para a Educação em Situações de Emergência (INEE) é uma rede internacional aberta, constituída por profissionais e decisores políticos que trabalham em conjunto no sentido de assegurar o direito de todas as pessoas a uma educação de qualidade em condições de segurança, em situações de emergência e reconstrução pós-crise.

Para obter mais informação sobre a INEE e os seus Grupos de Trabalho consulte a página:

<http://www.ineesite.org/pt>

Para obter mais informação sobre os Requisitos Mínimos consulte a página:

<http://www.ineesite.org/pt/requisitos-minimos>

Para aceder a mais recursos sobre educação em situações de emergência visite a página:

<http://toolkit.ineesite.org/toolkit/>

Publicada por: INEE  
c/o International Rescue Committee  
122 East 42nd Street  
Nova Iorque, Nova Iorque 10168-1289 EUA

INEE © 2013

Todos os direitos reservados. Este documento está protegido por direitos de autor e só pode ser reproduzido para fins educativos. A cópia noutras circunstâncias ou a sua utilização noutras publicações, tradução ou adaptação, deve ser antecedida de uma autorização obtida junto do proprietário dos direitos, através do e-mail: [minimumstandards@ineesite.org](mailto:minimumstandards@ineesite.org).

As fotografias usadas na publicação são uma cortesia da UNICEF e do Conselho Norueguês para os Refugiados. © Nota: as fotografias da UNICEF têm direitos de autor e não podem ser reproduzidas por meio algum, sem permissão expressa dos representantes da mesma agência.

Foto de capa: Impacto do conflito armado sobre meninos, meninas e adolescentes na região da América Latina - © William Fernando Martinez

# ÍNDICE

## SECÇÃO I INTRODUÇÃO

Porquê um Manual sobre Educação Sensível às questões de Conflito?	7
Para quê?	9
Para quem?	9
O que inclui?	9
Como está estruturado?	10
Ferramentas adicionais da INEE	12
Conceitos-chave no quadro de Educação Sensível às questões de Conflito	12

## SECÇÃO II ESTRATÉGIAS DE EDUCAÇÃO SENSÍVEL ÀS QUESTÕES DE CONFLITO

1. Estratégias para a análise, participação e coordenação	15
2. Estratégias para o acesso e ambiente de aprendizagem	25
3. Estratégias para o ensino e aprendizagem	29
4. Estratégias para os professores e outros técnicos de educação	34
5. Estratégias para a política educativa	38

## SECÇÃO III RECURSOS

Anexo 1 - Quadro de Referência sobre Educação Sensível às questões de Conflito	43
Anexo 2 - Atividades e ferramentas de análise de conflitos	54
Anexo 3 - Estudos de Caso	56
Anexo 4 - Referências bibliográficas organizadas por tema	65
Anexo 5 - Índice Remissivo	70

## AGRADECIMENTOS

O presente Manual foi desenvolvido por Cynthia Koons, por iniciativa do Grupo de Trabalho sobre Requisitos Mínimos e Ferramentas de Trabalho em Rede da INEE e com o apoio e orientação de Tzvetomira Laub e Arianna Sloat (INEE). Ambos os Grupos de Trabalho da INEE, sobre Requisitos Mínimos, já referido, e o Grupo de Trabalho sobre Educação e Fragilidade, bem como o Secretariado da INEE contribuíram para esta publicação.

Mas ainda, agradecemos o valioso contributo das seguintes pessoas: Anya Azaryeva (UNICEF), Arianna Sloat (INEE), Carolin Waldchen (UNICEF), Elizabeth Cole (United States Institute of Peace), Friedrich Affolter (UNICEF), Jessica Oliver (Canadian International Development Agency), Jonathan Penson (Commonwealth International), Lyndsay Bird (UNESCO-IIEP), Margaret Sinclair (Education Above All), Maria Lucia Uribe Torres (INEE), Marta Ricci (INTERSOS), Morten Sigsgaard (UNESCO-IIEP), Oscar Rodriguez (Conselho Norueguês para os Refugiados), Peter Hyl-Larsen (Action Aid), Silje Sjøvaag Skeie (Conselho Norueguês para os Refugiados), Tzvetomira Laub (INEE), Valentina Pieretto (INTERSOS), e Zeynep M.Turkmen Sanduvac (Mavi Kalem Social Assistance & Charity Association)

Apoio fotográfico: Anne Denes (UNICEF) e Malli Kamimura (UNICEF).

Edição: Lindsey Fraser, Arianna Sloat e Tzvetomira Laub (INEE).

Design: 2D Studio.

Tradução para Língua Portuguesa: Inês Almeida

Revisão em Língua Portuguesa: Andreia Soares, Júlio Santos e Sílvia Azevedo

A INEE gostaria de agradecer à UNICEF pelo seu contributo financeiro para o desenvolvimento desta publicação, assim como agradecer às mais de 25 agências, fundações e instituições o apoio que têm dado à rede desde a sua criação.

# INTRODUÇÃO

## PORQUÊ UM MANUAL SOBRE EDUCAÇÃO SENSÍVEL ÀS QUESTÕES DE CONFLITO?

O presente Manual está alinhado com o reconhecimento de que:

- A Educação é um Direito Humano.
- Os países afetados por conflitos armados estão entre aqueles que estão mais longe das agendas de Educação para Todos e do Objetivo de Desenvolvimento do Milênio relativo ao acesso à educação de qualidade (UNESCO, 2011:2, The World Bank, 2011:50).
- Em países afetados por conflitos, os programas e políticas de educação têm, por um lado exacerbado e, por outro lado mitigado os fatores de conflito (UNESCO, 2011:160, 221).
- Ao apoiar a Educação Sensível às questões de Conflito, os atores podem evitar contribuir para os conflitos e, dessa forma, continuar a contribuir para a paz.

O acesso à educação de qualidade é um direito humano. Este direito à educação é veiculado em vários compromissos políticos internacionais, tais como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e a Agenda de Educação para Todos e, mais recentemente, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, tal como em muitos outros instrumentos legais internacionais vinculativos e não vinculativos (incluindo os listados abaixo):

- Declaração Universal dos Direitos Humanos, (Artigos 2, 26)
- Quarta Convenção de Genebra, 1949 (Artigos 3, 24, 50) Protocolo Adicional II de 1977 (Artigo 4.3. (a))
- Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados, 1951 (Artigos 3,22)
- Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos, 1966 (Artigo 2)
- Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, 1966 (Artigos 2, 13, 14)
- Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, 1979 (Artigo 10)
- Convenção sobre os Direitos da Criança, 1989 (Artigos 2, 22, 28, 29, 30, 38, 39)
- Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, 1998 (artigos 8.2.b.IX e 8.2.e.IV)

- Princípios Orientadores relativos aos Deslocados Internos (não vinculativo), 1998 (Parágrafo 23)
- Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, 2006 (Artigo 24)
- Resolução n.º 64/290 da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre Educação em situações de Emergência, 2010
- Resolução n.º 1998 do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a Monitorização de Ataques a Escolas, 2011

O direito à educação não é ainda uma realidade para crianças e jovens que vivem em contextos frágeis e afetados por conflitos. Dos 61 milhões de crianças que estão fora da escola ao nível do ensino primário, em todo o mundo, são cerca de 28 milhões de meninas e meninos as que vivem em países frágeis e afetados por conflitos – correspondendo a 42% do total a nível mundial (UNESCO, 2011:2). Além disso, milhões de jovens não têm acesso a oportunidades de aprendizagem ou competências para a empregabilidade nestes contextos. Em países afetados por conflitos, as taxas brutas de matrícula no ensino secundário são em 30% mais baixas do que em outros países e 21% dos jovens são analfabetos (UNESCO, 2011:132). «Em média, um país que tenha passado por um período de grande violência entre 1981 a 2005 tem uma taxa de pobreza 21 pontos percentuais acima de um país que não vivenciou situações de violência.» (The World Bank, 2011:5). A violência de cariz sexual, os ataques dirigidos a escolas e outro tipo de abusos impedem as raparigas, rapazes, jovens mulheres e homens de terem acesso a uma educação relevante e de qualidade em ambientes de aprendizagem seguros.

O facto da educação e o conflito terem uma relação bidirecional e complexa é agora amplamente reconhecido e documentado (Bush & Saltarelli, 2000). Claramente, o conflito pode interromper os processos educativos. Em muitos contextos afetados por conflitos, os sistemas educativos foram ou são um alvo direto, como, por exemplo, na Serra Leoa, nos Territórios Ocupados da Palestina, no Iraque, no Afeganistão e no Paquistão. Mais ainda, a educação pode contribuir para intensificar o conflito, como, por exemplo, instigando comportamentos e atitudes que contribuem para as tensões entre diferentes grupos. Cenários semelhantes aconteceram, por exemplo, na Bósnia-Herzegovina durante o período pós-guerra depois de 1995, com o processo educativo existente a ser fragmentado e a existência de profundas desigualdades no acesso à educação (Magill, 2010:13-14); bem como no Afeganistão, entre os anos 1980 e 1990, verificando-se a impressão e distribuição de livros didáticos com conteúdo violento (Craig, 2002:90-94; Spink, 2005:195).

Inversamente, a educação pode contribuir para a transformação social, neste caso, de uma sociedade em situação de exclusão para uma situação de inclusão. Isto acontece no Ruanda, onde os programas de formação e as práticas de formação para a construção da paz estão a transmitir às próximas gerações os valores de respeito e unidade (King, 2011:145-149). Por sua vez, na Guatemala, os acordos de paz de 1996 incluíam compromissos para estender a educação intercultural bilingue aos povos indígenas, visando diminuir a exclusão e apoiar o processo de construção da paz (UNESCO, 2011:223).

Face a estes cenários complexos e com a consciência do impacto que a educação pode ter, quer no conflito, ou nos processos de paz, os responsáveis e decisores da política educativa devem trabalhar no sentido de garantir a todas as pessoas o direito à educação. As políticas e programas educativos que se focam apenas em soluções técnicas não são suficientes para responder aos desafios nos contextos de conflito e fragilidade. Se as questões relacionadas com os conflitos não estiverem integradas na política e programas educativos, há um risco de o

investimento no setor de educação acabar por aumentar as tensões. Os programas e políticas educativas em contextos frágeis e afetados por conflitos devem ser «sensíveis ao conflito», procurando minimizar os impactos negativos e maximizar os impactos positivos.

Embora exista atualmente muita literatura sobre educação e conflito (Gaigals & Leonhardt, 2000, Conflict Sensitivity Consortium, 2012, Bush, 1998), ou sobre sensibilidade às questões de conflito (por exemplo, UNESCO, 2011; Mundy & Dryden-Peterson, 2011, Save the Children, APFO et al., 2004), existem poucas referências que informem sobre como desenvolver e implementar programas e políticas específicas de educação sensíveis a conflitos (por exemplo, Sigsgaard, 2012; UNESCO-IIEP, 2011). Este Manual da INEE sobre a Educação Sensível às questões de Conflito pretende contribuir para estas dimensões, assumindo-se como uma ferramenta de referência para profissionais do setor de educação e decisores políticos sobre como implementar processos educativos que sejam sensíveis às questões de conflito.

## PARA QUÊ?

Em 2010, aquando da atualização dos Requisitos Mínimos da INEE: Preparação, Resposta e Recuperação, um manual que articula o nível mínimo de qualidade e acesso à educação em todas as fases da emergência, foram integrados no manual muitos temas sobre mitigação de conflitos. Este manual destina-se a disponibilizar ferramentas úteis a governos e profissionais da resposta humanitária, de forma a melhorar o acesso a oportunidades de aprendizagem seguras e relevantes, bem como garantir a qualidade e a responsabilização aquando da prestação desses serviços.

Assim, o Manual sobre a Educação Sensível às questões de Conflito visa apoiar e expandir os Requisitos Mínimos da INEE, procurando assumir-se como uma ferramenta de referência para o desenvolvimento de estratégias e recursos educativos sensíveis às questões de conflito, dirigida a profissionais do setor da educação e decisores políticos que trabalhem em contextos frágeis e afetados por conflitos.

As estratégias destinam-se a promover o pensamento crítico ao invés de indicar medidas prescritivas. Assim sendo, é necessária a sua adaptação à especificidade de cada contexto. O Manual foi desenvolvido tendo em conta a oferta educativa - níveis pré-primário, primário, secundário e superior, no âmbito formal e não formal - em todos os tipos e fases de uma situação de conflito.

## PARA QUEM?

Como já foi referido anteriormente, este Manual destina-se a profissionais do setor de educação e a decisores políticos que atuem em contextos frágeis e afetados por conflitos. Além disso, estratégias complementares podem envolver funcionários governamentais e profissionais de programas de desenvolvimento e resposta humanitária. Este Manual pode também ser útil para outros públicos, tais como doadores humanitários e de desenvolvimento e profissionais de outros setores, nomeadamente proteção da criança, saúde escolar, água e saneamento, redução de riscos de catástrofes, construção da paz, desenvolvimento da primeira infância e meios de subsistência.

## O QUE INCLUI?

O Manual sobre Educação Sensível às questões de Conflito está dividida em três secções:

**Secção I** – apresentação do Manual e dos conceitos-chave relacionados com a conceção de programas de Educação Sensível às questões de Conflito.

**Secção II** – descrição de estratégias de implementação de programas e políticas de Educação Sensível às questões de Conflito.

**Secção III** – apresentação de recursos complementares ao Manual, incluindo: 1) - Quadro de Referência sobre Educação Sensível às questões de Conflito; 2) Atividades e ferramentas de análise de conflitos; 3) Estudos de Caso; e 4) Referências bibliográficas organizadas por tema.

## COMO ESTÁ ESTRUTURADA?



A estrutura deste Manual baseia-se no Manual dos Requisitos Mínimos da INEE para a Educação: Preparação, Resposta e Recuperação. Especificamente, a Secção II e o Quadro de Referência sobre Educação Sensível às questões de Conflito estão organizadas de acordo com os 5 domínios dos Requisitos Mínimos da INEE (ver mapa resumo dos Requisitos Mínimos): Requisitos Básicos; Acesso e Ambiente de Aprendizagem; Ensino e Aprendizagem; Professores e Outros Técnicos de Educação; e Política Educativa. Assim sendo, as estratégias de Educação Sensível às questões de Conflito sugeridas são apresentadas em cada um destes domínios.

A estrutura dos Requisitos Mínimos da INEE foi usada como quadro de referência para o Manual da INEE sobre a Educação Sensível às questões de Conflito, tendo em conta que, de acordo com o Relatório de Avaliação dos Requisitos Mínimos da INEE, 2012:

- O Manual dos Requisitos Mínimos da INEE é bastante utilizado em contextos de conflito (50% da sua utilização é reportada como tendo lugar em contextos de conflito).
- A estrutura dos Requisitos Mínimos da INEE dividida em 5 domínios e 19 requisitos é bastante utilizada por profissionais do setor de educação e, por isso, muito familiar (principalmente por ONG internacionais em atividades de preparação de projetos e programas).
- Os Requisitos Mínimos da INEE foram desenvolvidos e atualizados através de um processo de consulta pública.
- Os Requisitos Mínimos da INEE abrangem importantes áreas da educação e, como tal, constituem uma estrutura útil em torno da qual se desenvolvem novos campos de trabalho, como seja a sensibilidade para as questões de conflito.

# REQUISITOS MÍNIMOS PARA A EDUCAÇÃO: Preparação, Resposta e Reconstrução

Requisitos Básicos	
Participação Comunitária: Participação, Recursos — Coordenação — Análise: Diagnóstico, Estratégia de resposta, Monitorização, Avaliação	
<b>Acesso e Ambiente de Aprendizagem</b>	<b>Política Educativa</b>
<p><b>Requisito 1: Igualdade de Acesso</b> Todos os indivíduos têm acesso a oportunidades educativas relevantes e de qualidade.</p> <p><b>Requisito 2: Proteção e Bem-Estar</b> Os ambientes de aprendizagem são seguros e promovem a proteção e bem-estar psicossocial dos alunos, professores e outros profissionais de educação.</p> <p><b>Requisito 3: Instalações e Serviços</b> As instalações educativas promovem a segurança e bem-estar dos alunos, professores e outros profissionais de educação em articulação com os serviços de saúde, nutrição, apoio psicossocial e proteção.</p>	<p><b>Requisito 1: Formulação de Leis e Políticas</b> As autoridades educativas dão prioridade à continuidade e recuperação de uma educação de qualidade, incluindo um acesso livre e inclusivo à escola.</p> <p><b>Requisito 2: Planificação e Implementação</b> As atividades educativas têm em conta as políticas, leis, normas e planos nacionais e internacionais, bem como as necessidades de aprendizagem das populações.</p>
<b>Ensino e Aprendizagem</b>	<b>Professores e outros técnicos de educação</b>
<p><b>Requisito 1: Currículos</b> São usados currículos cultural, social e linguisticamente relevantes, para providenciar uma educação formal e não formal, adequadas ao contexto e às necessidades particulares dos alunos.</p> <p><b>Requisito 2: Formação, Desenvolvimento e Apoio Profissional</b> Os professores e restante pessoal envolvido no processo educativo devem receber periodicamente formação estruturada e relevante de acordo com as necessidades e as circunstâncias.</p> <p><b>Requisito 3: Instrução e Processo de Aprendizagem</b> Os processos de ensino e aprendizagem são centrados no aluno, participativos e inclusivos.</p> <p><b>Requisito 4: Avaliação</b> Devem ser usados métodos apropriados para avaliar e validar a aprendizagem.</p>	<p><b>Requisito 1: Recrutamento e Seleção</b> Um número suficiente de professores qualificados e de outros técnicos de educação são recrutados através de um processo transparente e participativo baseado em requisitos de seleção que reflectem diversidade e equidade.</p> <p><b>Requisito 2: Condições de Trabalho</b> Os professores e restantes técnicos de educação envolvidos, possuem condições de trabalho claramente definidas, seguem um código de conduta e são adequadamente recompensados.</p> <p><b>Requisito 3: Apoio e Supervisão</b> Os mecanismos de apoio e de supervisão para professores e restantes técnicos funcionam efectivamente.</p>
<b>Participação Comunitária: Participação, Recursos — Coordenação — Análise: Diagnóstico, Estratégia de resposta, Monitorização, Avaliação</b>	<b>Chave de assuntos temáticos: Mitigação do Conflito: Redução do Risco de Catástrofe, Desenvolvimento da pequena infância, Género, VIH/SIDA, Direitos Humanos, Educação Inclusiva, Ligações Inter-setoriais, Proteção, Suporte Psicossocial e Juventude.</b>

## FERRAMENTAS ADICIONAIS DA INEE

Complementarmente a este Manual, a INEE desenvolveu duas outras ferramentas, listadas abaixo. Em conjunto, constituem o Pack da INEE sobre Educação Sensível às questões de Conflito. Todos estes recursos estão disponíveis na página da INEE (<http://www.ineesite.org/pt/educacao-sensivel-as-questoes-de-conflito/>) e na plataforma correspondente ao *Kit* de Ferramentas da INEE ([www.ineesite.org/Toolkit](http://www.ineesite.org/Toolkit)).

**Ferramenta da INEE de Apoio à conceção e implementação de Programas de Educação Sensível às questões de Conflito, em contextos frágeis e afetados por conflitos.** Esta Ferramenta dirige-se a técnicos/as e outros recursos humanos que trabalhem em programas de educação em contextos frágeis e afetados por conflitos. A ferramenta pode ser utilizada para assegurar que a sensibilidade às situações de conflito seja integrada na educação em todas as etapas do ciclo do programa: diagnóstico, conceção, implementação/gestão, monitorização e avaliação. Os princípios de participação comunitária, equidade, acesso, qualidade, relevância e proteção são transversais em toda a ferramenta que, por sua vez, tem por base os Requisitos Mínimos da INEE.

### **Princípios Orientadores para a integração das questões de Conflito nas Políticas e Programas de Educação em contextos frágeis e afetados por conflitos.**

Os princípios orientadores dirigem-se a todos/as os/as interessados/as pela educação em contextos frágeis e afetados por conflitos. Estes mesmos princípios podem ser utilizados para orientar a intervenção nesses contextos e assegurar que a sensibilidade às questões de conflito é incorporada em propostas, políticas, investimentos e programas no setor de educação.

## CONCEITOS-CHAVE RELACIONADOS COM EDUCAÇÃO SENSÍVEL ÀS QUESTÕES DE CONFLITO

### **O que é Educação Sensível às questões de Conflito?**

**Educação Sensível às questões de Conflito pode ser definida como** o processo de:

1. Compreender o contexto em que a educação tem lugar e se desenvolve;
2. Analisar a interação bidirecional entre esse contexto e os programas e políticas de educação (desenvolvimento, planeamento e implementação); e
3. Atuar no sentido de minimizar os impactos negativos e maximizar os impactos positivos das políticas educativas e da conceção de programas, sobre um determinado conflito, tendo em conta as prioridades de uma organização.

A **análise de conflito** é o primeiro passo fundamental aquando da conceção de programas de educação sensível às questões de conflitos. Por análise de conflitos entende-se o estudo sistemático da história e dos antecedentes, das causas que estiveram na origem, dos atores e da dinâmica de um conflito, que podem contribuir para o conflito violento e/ou para a paz, bem como a análise da sua interação com o programa ou a política educativa (UNICEF, 2012: 12).

No contexto deste Manual, **contextos frágeis e afetados por situações de conflitos** referem-se a qualquer situação em que a violência ou conflito armado teve (ou se espera que tenha) impacto. Naturalmente, é dado maior relevo às situações em que este impacto se sente no setor de educação, ou seja, qualquer ambiente de aprendizagem (formal ou não formal, desde a educação pré-primária à educação de adultos), cujo funcionamento normal tenha sido ou possa ser interrompido em consequência de violência ou conflito armado. Embora o presente Manual incida sobre os níveis de ensino pré-primário até ao secundário, grande parte do seu conteúdo pode ser adaptado e aplicado aos níveis de ensino superior e de educação de adultos.

As designações **construção da paz** (*peacebuilding*) e **sensibilidade às questões de conflito** são, por vezes, utilizadas indistintamente, assim como compreendidas de diferentes formas por diferentes partes interessadas. De forma a tornar claro e delimitar a atuação proposta neste Manual, a mesma foca-se numa definição circunscrita de **educação sensível às questões de conflito**, em concreto: a implementação de programas e políticas educativas, tendo em conta o contexto do conflito e procurando minimizar o seu impacto negativo (como seja intensificar o conflito) e maximizar o seu impacto positivo. Por sua vez, neste Manual entende-se por **construção da paz** o conjunto de atividades que visam explicitamente abordar e responder às causas profundas do conflito e contribuir para a paz de forma geral.

#### COMPARAÇÃO ENTRE SENSIBILIDADE ÀS QUESTÕES DE CONFLITO E CONSTRUÇÃO DA PAZ (VERSÃO RESUMIDA, WOODROW, CHIGAS, 2009: 10, UNICEF, 2012: 11)

##### SENSIBILIDADE ÀS QUESTÕES DE CONFLITO

**Definição:** capacidade de:

- Compreender o contexto em que a organização está a trabalhar, particularmente as relações entre diferentes grupos;
- Compreender as interações entre a intervenção da organização e as relações contexto-grupo; e
- Atuar com a consciência dessas interações, a fim de minimizar impactos negativos e maximizar impactos positivos.

**Finalidade:** Intervir **NO** contexto de conflito, de forma a prevenir impactos negativos e, se possível, maximizar os impactos positivos da implementação do programa educativo sobre os fatores associados ao conflito e à violência.

##### CONSTRUÇÃO DA PAZ

**Definição:** promoção de medidas com vista a:

- Promover relações pacíficas;
- Fortalecer as instituições políticas, socioeconómicas e culturais viáveis, capazes de lidar com o conflito; e
- Fortalecer outros mecanismos que possam criar e apoiar as condições necessárias para uma paz sustentável.

**Finalidade:** Intervir **SOBRE** o conflito, procurando reduzir os impulsionadores de conflitos violentos e contribuir para um nível mais abrangente de paz societal.

# ESTRATÉGIAS DE EDUCAÇÃO SENSÍVEL ÀS QUESTÕES DE CONFLITO

A segunda secção do Manual apresenta, brevemente, as estratégias de Educação Sensível às questões de Conflito em função de cada um dos 5 domínios dos Requisitos Mínimos da INEE:

1. Requisitos Básicos,
2. Acesso e Ambiente de Aprendizagem,
3. Ensino e Aprendizagem,
4. Professores e Outros Técnicos de Educação,
5. Política Educativa.

O conteúdo desta secção foi desenvolvido a partir das «ações-chave» presentes no Manual dos Requisitos Mínimos para a Educação: Preparação, Resposta e Reconstrução (INEE, 2010) e na literatura atual relacionada com a temática.

Para cada um dos 5 domínios dos Requisitos Mínimos da INEE e os seus respetivos requisitos são apresentados os seguintes componentes:

- **Estratégias** que possam promover Educação Sensível às questões de Conflito;
- **Perguntas de reflexão** no sentido de avaliar se determinadas atividades educativas são, de facto, sensíveis às questões de conflito; e
- **Exemplos** de iniciativas de Educação Sensível às questões de Conflito.

## DOMÍNIO 1 DOS REQUISITOS MÍNIMOS

### ESTRATÉGIAS PARA A ANÁLISE, PARTICIPAÇÃO E COORDENAÇÃO SENSÍVEIS ÀS QUESTÕES DE CONFLITO

#### Domínio 1 dos Requisitos Mínimos da INEE: **Requisitos Básicos\***

##### Requisitos para a **Análise:**

1. **Diagnóstico:** as avaliações da educação em contexto de emergência devem ser conduzidas atempadamente, de forma holística, transparente e participativa.
2. **Estratégias de Resposta:** as estratégias de resposta à educação em contexto de emergência devem incluir uma descrição clara do contexto, das dificuldades que comprometem o direito à educação, assim como das estratégias a usar para superar essas dificuldades.
3. **Monitorização:** deve existir uma monitorização regular das atividades de resposta educativa e da evolução das necessidades educativas das populações afetadas.
4. **Avaliação:** a avaliação deve ser sistemática e imparcial de forma a melhorar as atividades de resposta educativa e aumentar a responsabilização.

\*No contexto deste Manual, na subsecção relativa ao domínio 1, os requisitos são apresentados numa ordem diferente daquela presente no Manual dos Requisitos Mínimos da INEE, ou seja, os requisitos de Análise são apresentados antes dos requisitos de Participação e Coordenação.

Os Requisitos Mínimos da INEE relativos ao domínio 1 constituem a base para a aplicação dos requisitos contemplados nos restantes domínios. Neste sentido, são fundamentais para a conceção de uma resposta educativa que seja sensível às questões de conflito. O conteúdo que se segue reflete um conjunto de estratégias de educação sensível às questões de conflito, associada a cada um dos Requisitos Mínimos da INEE neste domínio (assinalados a negrito).

Assim, a primeira etapa da implementação de um programa ou política educativa é a realização de um **diagnóstico** da situação em causa. Se este diagnóstico não for conduzido de forma sensível às questões de conflito, pode contribuir para o aumento das tensões entre grupos ou ainda à conceção, ainda que não de forma intencional, de programas ou políticas educativas enviesadas. Para garantir que um diagnóstico é sensível às questões de conflito, é necessário aplicar as seguintes estratégias (adaptado do *Conflict Sensitivity Consortium*, 2012:8):

- Assegurar que as expectativas de potenciais beneficiários não são excessivamente reforçadas, aquando do processo de diagnóstico educativo, especialmente se o financiamento não estiver garantido nessa fase.

- Ter em conta a forma como a equipa que conduz o diagnóstico educativo é apresentada à comunidade ou ao governo nacional e local, e por quem. A questão é: os representantes locais que recolhem a informação e os dados, representam ou podem ser entendidos como representantes de uma das partes em conflito?
- Ter em conta quem gere o processo de diagnóstico educativo. A questão é: os atores encarregues desta gestão (ou os seus doadores) representam, ou podem ser entendidos como representantes de uma das partes em conflito ou como tendo uma agenda específica ou, por outro lado, assumem-se como exemplos de cooperação entre grupos?
- Ter em conta quem está a ser consultado para obter informações sobre a situação do setor de educação e qual a ordem pela qual está a ser contactado, evitando o risco do diagnóstico estar enviesado em favor de um grupo ou de outro.
- Obter, sempre que possível, informações sobre o setor de educação junto de várias fontes (por exemplo, o Sistema de Informação e Gestão da Educação, mecanismos de monitorização e reporte das agências da ONU ou ainda dados de diagnóstico do *Cluster* de Educação) para que se possa comparar e verificar a aparente equidade educativa, ou discrepância.
- Compreender a dinâmica de poder entre os atores educativos e aqueles que disponibilizam informação para o diagnóstico; reconhecer que a informação pode estar enviesada, mesmo que não seja essa a intenção.
- Considerar as implicações e riscos para a segurança daqueles que estão empenhados em disponibilizar a informação sobre a situação da educação, tendo em mente a atual e anterior interação entre a educação e o conflito.

Para além de conduzir um diagnóstico de forma sensível às questões de conflito, também se deve incluir nesse processo a realização de uma análise de conflito em si. Uma análise de conflito permite:

- A melhor compreensão das causas, dinâmicas e forças que contribuem para a manifestação de conflitos violentos e/ou a paz; e assume-se como
- Uma oportunidade para identificar e priorizar as principais causas estruturais (que possam estar na base) dos conflitos, como ponto de partida para a conceção de programas educativos (na fase de desenvolvimento, resposta humanitária e construção da paz a todos os níveis - projeto, programa e setorial) (UNICEF, 2012).

## EM QUE CONSISTE A ANÁLISE DE CONFLITO?

(ADAPTADO DO *CONFLICT SENSITIVITY CONSORTIUM*, 2012:4-6 E UNICEF, 2012:12-14).

- O que é uma análise de conflito?  
A análise de conflito é o estudo sistemático do contexto e da história, das causas profundas, dos atores e da dinâmica de um determinado conflito, que possam contribuir para um conflito violento e/ou para a paz, bem como a sua interação com os programas ou políticas educativas.

- **Porque é que deve ser feita?**

O principal objetivo da análise de conflito é explorar e analisar a dinâmica, as partes interessadas e as relações entre o conflito e o programa ou política educativa planeada. A análise de conflito serve também como uma oportunidade para levar as partes interessadas a participarem e construir uma compreensão partilhada do contexto, a fim de inspirar atividades educativas que possam maximizar os impactos positivos e minimizar os impactos negativos.

- **Quem participa?**

Numa análise de conflito podem estar envolvidos: atores governamentais e não governamentais, atores nacionais e internacionais, atores de agências bilaterais e multilaterais, da sociedade civil, crianças, jovens, equipas de projetos, agências parceiras, membros da comunidade, organizações que trabalhem na mesma área, autoridades locais e partes interessadas de outros setores que não da educação. Embora a análise de conflito possa ser conduzida por um facilitador local ou externo, é aconselhável incluir um/a facilitador/a local, a fim de promover o compromisso local e a proximidade com os/as beneficiários finais.

- **Como deve ser feita?**

As metodologias usadas podem variar, mas o processo inclui, habitualmente, os seguintes passos:

1. Pesquisa documental
2. Desenho do processo
3. Consultas públicas: questionários, entrevistas com informadores-chave, grupos focais, workshops
4. Sistematização dos resultados
5. Apresentação das conclusões
6. Revisão da análise de conflitos e adaptação do programa ou da política educativa

- **Que atividades estão incluídas? (Ver Anexo 2 para informação detalhada sobre atividade e ferramentas de análise de conflito)**

Habitualmente, uma análise de conflito inclui as seguintes atividades:

- Análise da situação
- Análise das partes interessadas (*stakeholders*)
- Análise das causas
- Análise da dinâmica de conflito
- Priorização do programa ou política educativa

- **Onde deve ser realizada?**

A análise de conflito deve ser adaptada a qualquer área geográfica afetada por conflito ou ao nível dos programas.

- **Quando deve ser feita?**

A análise de conflito deve ser revista de forma sistemática, desde o início, durante e após o período de intervenção, no sentido de analisar o setor de educação e o contexto do conflito e, assim, disponibilizar continuamente novas informações que podem alterar o desenho, a monitorização, a avaliação e o feedback do programa educativo.

Uma análise de conflito pode assumir-se como uma atividade autónoma ou pode ser integrada num processo de avaliação mais abrangente, por exemplo, um diagnóstico do setor de educação de âmbito nacional. As conclusões da análise de conflito devem ser consideradas em conjunto com outras análises de diagnóstico da educação, tais como o desempenho do sistema educativo, a resiliência da estrutura física e dos recursos humanos, a gestão de políticas e o ambiente, o custo e o quadro de financiamento e a economia política (UNESCO-IIEP, 2011: 36-46) (no Anexo 2 podem ser encontrados mais detalhes sobre a análise de conflitos).

Reconhecendo que «a ajuda prestada durante um conflito não pode permanecer separada desse conflito» (Anderson, 1999:1), «é crucial que a estratégia de resposta educativa num contexto frágil e afetado pelo conflito tenha como objetivo maximizar o impacto positivo e minimizar o impacto negativo. As estratégias específicas de resposta de acordo com os princípios de Educação Sensível às questões de Conflito são mencionadas nas secções seguintes deste Manual. Abaixo são propostas algumas questões de reflexão a considerar durante o processo de conceção e desenho de uma determinada estratégia de resposta (mais detalhes sobre como integrar a sensibilidade às questões de conflito nas estratégias de resposta, ao nível dos programas, podem ser encontrados em AFPO et al., 2004: capítulo 3, Conflict Sensitivity Consortium, 2012: 8-22, UNESCO-IIEP, 2011: 51-62).

- **O quê? Para determinar os objetivos da estratégia de resposta:**
  - Os atores, as dinâmicas, o momento e os riscos do conflito (revelados aquando da análise de conflito) foram tidos em conta?
  - As atividades educativas procuram atender às necessidades das populações afetadas por conflitos relativas a uma educação inclusiva e de qualidade de forma equitativa, de forma a não contribuir para a existência de ressentimentos, tensões entre grupos ou conflitos?
- **Quem? Se uma estratégia de resposta não tiver alcance nacional, é fundamental que a seleção de beneficiários/as seja sensível às questões de conflito.**
  - Quais são as interações do grupo e as perceções do conflito?
  - Como é que são definidas determinadas categorias, determinados rótulos (refugiado, vítima de conflito, retornado, etc.) a nível local?
  - Como é que os diferentes grupos beneficiarão do programa ou política educativa?
  - Quais são os possíveis enviesamentos do ator/agência/governo?
  - Em que medida privilegiar um determinado grupo contribuirá para a existência de tensões entre grupos ou identidades separatistas?
- **Onde?**
  - Qual é a relação entre a área geográfica e os grupos sociais?
  - De que forma o conflito afeta a sua área geográfica?
  - Se na área geográfica há grupos de beneficiários/as e não-beneficiários/as, como irá a intervenção lidar com as tensões entre os grupos?
- **Quando?**
  - De que forma as dinâmicas de conflito mudam ao longo de um ano civil? Por exemplo, o conflito inicia e decorre durante uma estação chuvosa/seca? Como é que o programa ou a política educativa se adaptará a essas flutuações?
  - O programa ou a política educativa está harmonizado com o sistema educativo nacional?

No **Sudão do Sul**, a *Save the Children International* iniciou um programa de educação em situações de emergência destinado a apoiar a igualdade de acesso das crianças deslocadas internamente e retornadas. Para informar a implementação do programa, o diagnóstico inicial da comunidade incluiu perguntas, em contexto de grupo focal, sobre as percepções do conflito. Por exemplo, os pais foram questionados sobre de que forma os termos «deslocados internos» e «retornados» eram entendidos na aldeia. Sabendo de que forma a comunidade local entendia esses termos, a equipa de educação da *Save the Children* estava mais preparada para assegurar atividades educativas e resultados junto dos beneficiários, de uma forma que minimizou o seu contributo para tensões entre grupos (Koons, 2012).

Devido à natureza dinâmica dos contextos frágeis e afetados por conflitos, as atividades educativas e o seu impacto e interação com o ambiente devem ser monitorizados e avaliados de forma contínua e consistente, isto para assegurar que estão de acordo com os resultados planeados e evitam consequências não desejadas.

De seguida, são apresentadas algumas estratégias para conduzir a **monitorização e avaliação** de maneira sensível às questões de conflito (orientações detalhadas podem ser encontradas em: SDC, 2006, DFID, 2010: 7-13 e UNESCO-IIEP, 2011:65-78, APFO et al., 2004: cap. 3; OCDE, 2008).

- Ter em conta a forma como as pessoas que conduzem a monitorização e avaliação são percebidas pelas pessoas que estão a ser consultadas, e o impacto que isso tem sobre a informação recolhida.
- Procurar consultar elementos de diversos grupos sociais, incluir grupos de beneficiários/as e não-beneficiários/as.
- Usar uma combinação de medidas qualitativas, ao nível das percepções, e medidas quantitativas de mudanças objetivas e, sempre que possível, triangular todas as informações.
- Assegurar que a informação recolhida é devolvida às pessoas consultadas, ao governo e aos mecanismos de coordenação, no caso de isso poder ser feito sem causar tensões entre os diversos grupos.

O tipo de informação a ser recolhida será, obviamente, determinado pela atividade associada à resposta educativa e pelo contexto de conflito. Em geral, a monitorização e a avaliação devem incluir variáveis que meçam o progresso relativo aos objetivos de aprendizagem, interação entre a atividade realizada e o contexto de conflito e pressupostos, bem como até que ponto os beneficiários foram abrangidos. Abaixo, pode ser consultada uma lista de variáveis específicas de sensibilidade às questões de conflito, que devem ser consideradas (DFID, 2010:8-9; Sigsgaard, 2012:30):

- Ataques a escolas;
- Fatores de risco para escolas e estudantes;
- Dados demográficos de professores e alunos;
- Alocação de financiamento para o setor de educação em diferentes regiões;
- Discrepâncias nos níveis de educação;
- Percepções de insegurança nos ambientes de aprendizagem e espaços circundantes;
- Indicadores de condutores de conflito, por exemplo violações dos Direitos Humanos;
- Indicadores de processos de construção da paz, por exemplo: reintegração de estudantes refugiados/as nas escolas.

Nos **territórios ocupados da Palestina**, a UNICEF e a UNESCO, entre outros, apoiam a denúncia de ataques às escolas através de um mecanismo de monitorização transparente e verificável. Em 2011, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou por unanimidade a Resolução 1998, que reconhece escolas e hospitais como refúgios seguros para crianças. A resolução apela a que todas as partes responsáveis por ataques a escolas e hospitais sejam responsabilizadas (UNICEF, 2011:2). A monitorização dos ataques de uma forma objetiva e a desagregação de dados por categorias geográficas, étnicas e religiosas contribui para revelar as discrepâncias educativas e fornece uma base para a advocacia pelo direito a uma educação sensível às questões de conflito.

Sempre que possível, os dados recolhidos devem ser desagregados e mapeados em função da região, etnia, religião, sexo e outras características relevantes do grupo. No entanto, a desagregação de dados pode levar a conflitos ao dar destaque às desigualdades. A análise de conflito ajudará a determinar que tipo de dados deve ser tornado público, em prol da transparência e responsabilização, e que dados devem ser confidenciais, no sentido de proteger a segurança e o bem-estar das partes interessadas no setor de educação.

## Domínio 1 dos Requisitos Mínimos da INEE: **Requisitos Básicos (continuação)**

### Requisitos para a **Participação Comunitária**

1. **Participação:** os membros da comunidade devem participar ativamente, de forma transparente e não discriminatória, na análise, planeamento, desenho, implementação, monitorização e avaliação das respostas educativas.
2. **Recursos:** os recursos da comunidade local devem ser identificados, mobilizados e utilizados na implementação de oportunidades de aprendizagem adequadas à respetiva faixa etária.

Uma **participação** comunitária equitativa e transparente é fundamental para que a educação seja sensível às questões de conflito. Se a implementação não for bem conduzida desde o início, existe o risco de ser um programa ou política que perpetua as desigualdades existentes ou instiga ressentimentos entre grupos e, até mesmo, o conflito. No entanto, se essa participação for bem conduzida, envolvendo um grupo diversificado e representativo, o potencial de transformação da sociedade, através da educação, no sentido da paz, pode ser maximizado (mais informação sobre possíveis abordagens comunitárias em contextos frágeis e afetados por conflitos pode ser encontrada em Haider, 2009). De seguida, são apresentadas algumas estratégias para promover a participação comunitária de maneira sensível às questões de conflito:

- Considerar, em primeiro lugar, a resposta às seguintes perguntas: «Qual é efetivamente a « comunidade» envolvida no programa ou na política educativa?» Comunidade pode significar indivíduos de uma única aldeia ou indivíduos de todo o país, dependendo da escala e do âmbito da atividade educativa. Uma comunidade não se circunscreve a um tipo de pessoas, é sim uma rede complexa de relacionamentos e indivíduos que diferem em termos de poder, género, idade, capacidade económica, interesses e outras características.
- Usar a análise de conflitos para explorar as componentes individual e relacional existentes na comunidade.
- Selecionar os/as participantes da comunidade de acordo com um processo participativo com vista a representar a diversidade existente (étnica, religiosa, sexo, idade, características físicas e cognitivas – deficiência- ou política). Incluir crianças e jovens de forma significativa (no anexo 4 podem ser encontradas sugestões de recursos sobre consulta de crianças/jovens).
- Ter em conta e reforçar a resiliência da comunidade, tal como os esforços que a comunidade tem feito para providenciar educação e a valorização da educação, por parte dos pais, enquanto caminho para maiores oportunidades para os seus filhos.
- Reconhecer a capacidade existente dos membros da comunidade, independentemente das características do grupo.
- Incluir um grupo de membros da comunidade na análise, planeamento, desenho, implementação, monitorização e avaliação de programas e políticas educativas.
- É importante ter em mente que qualquer que seja a definição de comunidade no início do programa ou da política educativa, os pressupostos e perceções de participação comunitária (quem e como) devem ser continuamente analisadas e ajustadas ao longo do ciclo do programa ou da política.

No **Nepal**, a *Save the Children*, a UNICEF, a *World Education* e outros parceiros apoiaram a participação da comunidade no estabelecimento de códigos de conduta para promover a escola como uma zona de paz, isto é, protegida do envolvimento com grupos armados maoistas ou com o exército. Os membros da comunidade avaliaram os riscos de conflito impostos à sua comunidade escolar e concordaram com os mesmos códigos de conduta. Em algumas escolas, o código de conduta foi pintado na parede da escola e monitorizado pela associação de professores e pais (*Save the Children*, 2009; Smith, 2010: 261). Neste caso, apoiar a participação, tanto na análise das dinâmicas de conflito que afetam um ambiente de aprendizagem, como no desenho de uma estratégia de resposta apropriada, é, em si mesmo, uma forma de assegurar a educação sensível às questões de conflito.

Muitas vezes, a educação promovida em ambientes de escassez de recursos e afetados por conflitos envolve a identificação e mobilização de recursos comunitários (humanos, intelectuais, linguísticos, financeiros ou materiais). Os benefícios da mobilização de recursos locais incluem a promoção da apropriação local no sentido de fortalecer a atividade, bem como o reconhecimento do valor das competências existentes. No entanto, qualquer troca de recursos num ambiente com escassez de recursos deve ser realizada de forma sensível às questões de conflito. Assim, importa ter em conta as respostas às seguintes perguntas para avaliar se a mobilização de recursos é sensível às questões de conflito:

- Quem está a providenciar os recursos em causa? Como é que o doador é percecionado pelos outros grupos na comunidade?
- Qual era a fonte de origem dos bens? Está associada a uma das partes do conflito em particular?
- Que impacto terá esse recurso na relação entre a atividade educativa e a dinâmica do conflito?
- O uso deste recurso afetará negativamente o acesso equitativo à educação para qualquer tipo de aluno?

## Domínio 1 dos Requisitos Mínimos da INEE: **Requisitos Básicos (continuação)**

### Requisito para a **Coordenação**:

1. **Coordenação**: os mecanismos de coordenação do setor de educação devem estar em funcionamento, apoiando as partes interessadas a assegurar o acesso e a continuidade dos processos educativos de qualidade.

Além da participação dos membros da comunidade, a participação de agências e organizações através de mecanismos de **coordenação** é fundamental para uma educação sensível às questões de conflitos. Em qualquer contexto, os mecanismos de coordenação podem promover transparência, responsabilização e estratégias educativas holísticas. Num contexto de conflito, os mecanismos de coordenação podem proporcionar benefícios adicionais, como por exemplo:

- Os atores de educação podem participar nos mecanismos de coordenação dos processos de construção da paz, a fim de defender a alocação de fundos de consolidação da paz para o setor da educação. Na melhor situação, a educação é vista pela população, pelo governo e por outras agências de consolidação da paz, como parte dos dividendos da paz, isto é, como um dos benefícios da paz.
- Os mecanismos de coordenação, como o *Cluster* de Educação, podem reunir as agências no sentido de conduzir análises de conflitos abrangentes e a recolha de dados de diagnóstico.
- No contexto de conflito em constante mutação, os mecanismos de coordenação podem ajudar os atores de educação a adaptar as suas estratégias e atividades aos novos desafios e oportunidades que surgem durante o continuum entre uma situação de conflito e uma situação de paz.

E com quem se deve coordenar aquando das atividades de educação sensível às questões de conflito? A coordenação deve ser assegurada junto de grupos específicos setoriais, como o *Cluster* de Educação. Para além dos atores do setor de educação, devem ser considerados ainda outras esferas: económica, segurança e social, tal como o Ministério da Justiça ou o Ministério da Defesa.

É evidente que a coordenação implica tempo e os atores de educação precisam de definir prioridades no seio de uma grande variedade de potenciais atores de construção da paz (governo, ONU, sociedade civil, atores locais, atores externos, etc.). Alguns exemplos de atores da consolidação da paz, da ONU, a considerar:

- Escritório do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Prevenção e Recuperação de Crises (PNUD/BCPR)
- Departamento de Assuntos Políticos das Nações Unidas
- Departamento de Operações de Manutenção da Paz
- Fundo de Consolidação da Paz das Nações Unidas (FCP)
- Gabinete de Apoio à Consolidação da Paz das Nações Unidas
- OCDE, Diálogo Internacional sobre Consolidação da Paz e Construção do Estado



Abaixo, são propostas algumas perguntas de reflexão para cada um dos Requisitos Mínimos da INEE no âmbito do Domínio 1: Requisitos Básicos. Estas foram selecionadas do conjunto de perguntas incluídas na **Ferramenta da INEE de Apoio à conceção e implementação de Programas de Educação Sensível a questões de Conflito, em contextos frágeis e afetados por conflitos**, que podem ser encontradas na página da INEE: <http://www.ineesite.org/pt/educacao-sensivel-as-questoes-de-conflito/>.

REQUISITOS MÍNIMOS DA INEE DOMÍNIO 1: REQUISITOS BÁSICOS	PERGUNTAS DE REFLEXÃO SOBRE EDUCAÇÃO SENSÍVEL ÀS QUESTÕES DE CONFLITO
<p><b>Requisito 1 de Análise:</b> Diagnóstico</p>	<p>As partes interessadas do setor de educação analisaram o contexto do conflito e a forma como o programa educativo e o conflito podem interagir?</p> <p>A análise de conflito inclui diferentes perspetivas das partes interessadas dentro da comunidade educativa (associação de pais, funcionários/as do governo, jovens, mulheres, homens, raparigas, rapazes, diferentes grupos étnicos, religiosos ou sociais, entre outros)?</p>
<p><b>Requisito 2 de Análise:</b> Estratégia de Resposta</p>	<p>Os objetivos, calendarização e seleção do grupo de beneficiários/as do programa ou da política educativa, têm em consideração os atores, a dinâmica e o momento do conflito (revelados aquando da análise de conflito)?</p>
<p><b>Requisito 3 de Análise:</b> Monitorização</p>	<p>Os dados educativos recolhidos foram desagregados por região, etnia, religião, género, e outras características, no sentido de revelar discrepâncias e para informar as respostas educativas?</p>
<p><b>Requisito 4 de Análise:</b> Avaliação</p>	<p>As consequências pretendidas e não pretendidas do programa ou política educativa e a sua interação com a dinâmica do conflito foram avaliadas? Ou, existe um plano para avaliá-las no futuro?</p>
<p><b>Requisito 1 de Participação Comunitária:</b> Participação</p>	<p>Os membros da comunidade (associação de pais, funcionários do governo, jovens, mulheres, homens, raparigas, rapazes, diferentes estruturas de poder, grupos étnicos, religiosos ou sociais, etc.) foram informados e envolvidos no ciclo do programa ou da política educativa: diagnóstico, desenho, implementação, monitorização e avaliação?</p> <p>Alguns dos membros da comunidade estão excluídos de participar no ciclo do programa ou da política educativa: diagnóstico, desenho, implementação, monitorização e avaliação?</p>
<p><b>Requisito 2 de Participação Comunitária:</b> Recursos</p>	<p>O método de mobilização de recursos usado no programa ou política educativa tem impacto (positivo ou negativo) na relação entre a educação e a dinâmica do conflito?</p>
<p><b>Requisito 1 de Coordenação:</b> Coordenação</p>	<p>Os atores de educação estão envolvidos, tanto nos mecanismos de coordenação da construção da paz, como nos mecanismos de coordenação da educação, que promovem uma distribuição equitativa e sensível às questões de conflito das atividades educativas?</p>

## DOMÍNIO 2 DOS REQUISITOS MÍNIMOS

### ESTRATÉGIAS PARA O ACESSO E AMBIENTE DE APRENDIZAGEM SENSÍVEIS ÀS QUESTÕES DE CONFLITO

#### Domínio 2 dos Requisitos Mínimos da INEE: **Acesso e Ambiente de Aprendizagem**

- **Igualdade de Acesso:** todos os indivíduos devem ter acesso a oportunidades educativas relevantes e de qualidade.
- **Proteção e Bem-Estar:** os ambientes de aprendizagem devem ser seguros e promover a proteção e bem-estar psicossocial dos alunos/as, professores e outros profissionais de educação.
- **Instalações e Serviços:** as instalações educativas devem promover a segurança e o bem-estar dos alunos, professores e outros profissionais de educação em articulação com os serviços de saúde, nutrição, apoio psicossocial e proteção.

Em contextos afetados por conflitos, o acesso a ambientes de educação e aprendizagem que garantam a proteção é muitas vezes limitado. O acesso a instalações e serviços de aprendizagem seguros pode ajudar os grupos afetados a lidarem com a sua situação e a restabelecerem a normalidade nas suas vidas. O conteúdo que se segue reflete um conjunto de estratégias de Educação Sensível às questões de Conflito, associada a cada um dos Requisitos Mínimos da INEE neste domínio (assinalados a negrito).

As desigualdades na educação traduzem-se, muitas vezes, em ressentimentos que podem contribuir para o conflito. Uma reforma educativa em contextos de conflito é uma oportunidade para corrigir barreiras históricas ao acesso à educação. Quer ao nível de um determinado projeto, quer a nível nacional, as atividades educativas devem contribuir para a **igualdade de acesso** a uma educação de qualidade para todas as pessoas. Para implementar programas ou políticas educativas que promovam a igualdade de acesso de forma sensível às questões de conflito, é necessário considerar as seguintes estratégias (na secção seguinte podem ser encontrados temas adicionais relacionados com barreiras específicas no acesso – tais como, a língua de instrução, o currículo e o recrutamento de professores):

- Apoiar programas e políticas educativas que tornem a educação acessível a todos, incluindo: ex-crianças soldado, deslocados internos e refugiados, comunidades de acolhimento, falantes de línguas não dominantes e outros grupos potencialmente excluídos.
- Monitorizar e partilhar informações (junto de beneficiários/as e não beneficiários/as) sobre as atividades que garantam o acesso e a sua interação com a dinâmica de conflitos, especialmente quando se apoia a educação de grupos potencialmente excluídos.

No **Afganistão**, depois de analisar o contexto, as escolas comunitárias nas quais o ensino é garantido por professoras do sexo feminino, em espaços existentes na aldeia, foram consideradas uma forma segura e estabilizadora de assegurar os serviços e instalações educativas para as meninas. Sendo que as escolas deste género foram construídas de forma participativa, as comunidades confiaram nessas professoras para educar e promover o desenvolvimento dos alunos (Winthrop e Kirk, 2008). Quando as estratégias de resposta têm em consideração a análise de conflito e respondem às barreiras à educação, são um exemplo de Educação Sensível às questões de Conflito.

Em Dadaab, **Quênia**, o maior acampamento de refugiados do mundo, os jovens representam 15% da população total. Para a maioria dos jovens, seguir o sistema educativo formal queniano que é fornecido no acampamento é difícil, porque eles estão acima da idade de matrícula apropriada, têm falta de proficiência em inglês e têm pouca formação educativa. O Conselho Norueguês para os Refugiados dirige um centro de *Youth Education Pack* onde os jovens da comunidade anfitriã e os jovens refugiados recebem formação profissional para a qual recebem um Certificado de Comércio Nacional do Quênia aprovado pelo governo. Avaliações recentes descobriram que 60% dos graduados de YEP são capazes de continuar usando as competências adquiridas, dois anos após a conclusão do programa. Proporcionar o acesso igual às oportunidades de educação relevantes e aprovadas pelo governo, tanto para os jovens da comunidade de acolhimento como para os refugiados, evita contribuir para as tensões entre grupos e liga os jovens às futuras oportunidades de emprego e educação no país de acolhimento. Isto é um exemplo de uma prática de Educação Sensível às questões de Conflito. (*Magumba e Skeie, 2012*)

- Ter em consideração e eliminar barreiras de acesso que sejam administrativas, tais como: propina e taxas escolares, falta de documentação, ou ausência de reconhecimento de certificados ou exames obtidos e realizados noutros países.
- Ter em conta estratégias educativas que eliminem as barreiras ao acesso, resultantes de uma cultura de violência generalizada, que pode incluir violência sexual e de género contra as raparigas, no caminho para a escola e dentro da própria escola.
- Priorizar a educação de ex-crianças soldado, garantindo o apoio psicossocial necessário.

É certo que a educação pode aumentar os riscos ao nível da proteção infantil. Por exemplo, as escolas podem tornar-se locais privilegiados de recrutamento de crianças soldado, e as raparigas podem ser mais vulneráveis quando se deslocam até à escola. No entanto, algumas pesquisas mostram também que em contextos de conflito, a escolaridade pode ajudar a superar os desafios ao bem-estar das crianças (Winthrop e Kirk, 2008:639). A educação sensível às questões de conflito tem como principal objetivo a **proteção e o bem-estar** dos membros da comunidade educativa. As estratégias de Educação Sensível às questões de Conflito podem incluir:

- Pedir aos membros da comunidade local que façam sugestões sobre a implementação das atividades educativas de uma forma que proteja os professores, os alunos e o ambiente escolar.
- Ter em conta estratégias que mantenham os ambientes de aprendizagem - e os acessos aos mesmos - livres da violência e de ocupação indevida, tais como conseguir que a escola seja considerada como uma zona de paz no acordo com grupos armados.
- Associar o espaço educativo à prestação de outros serviços sociais (por exemplo, saúde, psicossocial e apoio legal) através de mecanismos de referência (sistemas estabelecidos através dos quais os professores podem referenciar as crianças com necessidade de apoio de profissionais de outros serviços sociais).

- Estabelecer um processo de reclamações através do qual os membros da comunidade educativa podem denunciar ameaças à sua segurança e receber uma resposta adequada. O processo de reclamação deve proteger a identidade da pessoa e, idealmente, ser ligado a uma base de dados nacional para que os decisores políticos e os profissionais possam utilizar os dados para fornecer proteção adequada e uma resposta sensível às questões de conflito.
- Disponibilizar aos professores, aos alunos e aos pais informação sensível às questões de conflito, tal como a localização e as formas de evitar áreas minadas, identificar restos explosivos de guerra/minas não explodidas, ou avisos de escalada de violência esperada na área.

O que pode ser feito para promover ou assegurar instalações e serviços educativos de uma forma que seja sensível às questões de conflito? Qualquer que seja a estratégia de resposta para apoiar **instalações e serviços educativos** deve refletir os resultados específicos da análise de conflito. Essas estratégias podem incluir:

- Envolver membros da comunidade e usar as conclusões da análise de conflitos para informar as decisões sobre a localização do espaço de aprendizagem, construção ou reparação que garantam o acesso seguro à educação para todas as pessoas.
- Monitorizar continuamente as percepções da comunidade quanto à tomada de decisões, planeamento e implementação da construção para evitar o início não desejado de manifestações de violência ou conflito. É necessário certificar-se que a reparação e a construção não sejam percebidas como favorecimento de um grupo sobre outro.
- Em situações de violência generalizada, considerar a proximidade e o acesso seguro de meninos e meninas ao local de aprendizagem, pontos de água e latrinas. Além disso, demarcar os espaços de aprendizagem com limites visíveis e sinalização claros.
- Identificar o local de aprendizagem como um ambiente protegido através de estratégias como códigos de conduta da escola, acordos com grupos armados, barreiras de proteção e manutenção de rotina.

Na **Serra Leoa**, durante uma guerra de dez anos, a violência sexual contra estudantes e professores do sexo feminino nas escolas foi perpetrada. Milhares de mulheres e crianças foram deslocadas das suas casas. A Escola do *Forum for African Women Educationalists Emergency Camp* disponibilizou oferta educativa e serviços psicossociais a crianças deslocadas devido ao conflito. Os serviços de apoio psicossocial incluíram sessões bissemanais de aconselhamento de trauma em grupo, sessões individuais em função da necessidade, desenvolvimento de competências básicas de vida para jovens mães e tratamento médico para vítimas de violência de género (McCandless, 2012: 32). Neste contexto, responder às necessidades das crianças afetadas por conflitos, garantindo o acesso a serviços sociais de proteção, pode contribuir para a resiliência e coesão social e ser percebido como um benefício da paz.

Abaixo são propostas algumas perguntas de reflexão para cada um dos Requisitos Mínimos da INEE no âmbito do Domínio 2: Ambiente de Acesso e Aprendizagem. Estas foram selecionadas a partir do conjunto de perguntas incluídas na **Ferramenta da INEE de Apoio à conceção e implementação de Programas de Educação Sensível a questões de Conflito, em contextos frágeis e afetados por conflitos**, que podem ser encontradas na página da INEE: <http://www.ineesite.org/pt/educacao-sensivel-as-questoes-de-conflito/>.

## REQUISITOS MÍNIMOS DA INEE DOMÍNIO 2: ACESSO E AMBIENTE DE APRENDIZAGEM

## PERGUNTAS DE REFLEXÃO SOBRE EDUCAÇÃO SENSÍVEL ÀS QUESTÕES DE CONFLITO

**Requisito 1:**  
Igualdade de Acesso

As partes interessadas da educação mapearam e deram resposta à relação entre o conflito e as barreiras ao acesso à educação (formal, não-formal, infantil, básica e secundária) de grupos específicos de alunos/as?

**Requisito 2:**  
Proteção e Bem-estar

Foi consultado um grupo diversificado de membros da comunidade no sentido de identificar os riscos locais aos quais professores/as e alunos/as (de todos os grupos) estão sujeitos? Os locais de implementação do programa educativo são acessíveis, seguros e protegidos contra possíveis ataques violentos?

**Requisito 3:**  
Instalações e Serviços

As atividades de melhoria das instalações e serviços educativos levam em consideração o contexto histórico e a situação atual do conflito?



*Ex-crianças soldado frequentam uma aula de inglês num centro de transição e orientação gerido pela ONG nacional CAJED (Concert d'Action pour Jeunes et Enfants Défavorisés), na cidade de Goma, capital da província de North Kivu, República Democrática do Congo. ©UNICEF/NYHQ2011-0351/Olivier Asselin*

## DOMÍNIO 3 DOS REQUISITOS MÍNIMOS

### ESTRATÉGIAS PARA O ENSINO E APRENDIZAGEM SENSÍVEIS ÀS QUESTÕES DE CONFLITO

#### Domínio 3 dos Requisitos Mínimos da INEE: **Ensino e Aprendizagem**

1. **Currículo:** os currículos usados devem ser cultural, social e linguisticamente relevantes, para garantir uma educação formal e não formal, adequadas ao contexto e às necessidades específicas dos alunos/as.
2. **Formação, Desenvolvimento e Apoio Profissional:** os professores/as e restante pessoal envolvido no processo educativo devem receber periodicamente formação estruturada e relevante, de acordo com as necessidades e as circunstâncias.
3. **Instrução e Processo de Aprendizagem:** os processos de ensino e aprendizagem devem ser centrados no aluno, participativos e inclusivos.
4. **Avaliação:** devem ser usados métodos apropriados para avaliar e validar a aprendizagem.

O acesso à educação é tão significativo quanto a qualidade do processo de ensino e aprendizagem. Em contextos de conflito, as estratégias de resposta ao nível da reforma curricular, da formação de professores e avaliação de resultados de aprendizagem podem aumentar o conflito, se as mesmas não forem sensíveis às questões de conflito. O conteúdo que se segue reflete um conjunto de estratégias de Educação Sensível às questões de Conflito, associadas a cada um dos Requisitos Mínimos da INEE neste domínio (assinalados a negrito).

Um **currículo** sensível às questões de conflito inclui tópicos relacionados com a paz e não é tendencioso para com grupo algum. Os temas relacionados com a paz podem incluir: pensamento crítico, direitos humanos, educação para a cidadania, não-violência, prevenção e resolução de conflitos (Sigsgaard, 2012: 35-36). Para evitar e contrariar preconceitos, o currículo deve atender às necessidades de aprendizagem de diferentes grupos, tais como o de ex-crianças soldado, crianças mais velhas e falantes de outras línguas que não a predominante. Estas necessidades de aprendizagem podem incluir o desenvolvimento de competências básicas de vida, competências relacionadas com o trabalho e competências linguísticas relevantes para o mercado de trabalho e para a economia. Um currículo imparcial também deve representar as experiências de meninos/meninas e homens/mulheres, e de preferência desafiar qualquer estereótipo de género existente.

Em contextos de conflito, a reforma curricular, de textos e de materiais é, muitas vezes, necessária para atender aos princípios acima mencionados. A reforma dos currículos sensíveis às questões de conflito requer um processo gradual, participativo e informado pela análise de conflito (para mais informação sobre reformas curriculares, consultar Education Above All, 2012: 294-297).

- Na fase de recuperação inicial, as estratégias de transição no setor de educação podem, por um lado, abandonar materiais enviesados e, por outro lado, analisar boas práticas existentes e recrutar e formar professores de diferentes origens e género.
- Durante a fase intercalar, as estratégias educativas podem proporcionar formação aos professores sobre como criar e oferecer lições que contrariem estereótipos e preconceitos e promovam a inclusão, o respeito mútuo e a não-violência. Além disso, podem ser disponibilizados materiais suplementares em áreas anteriormente negligenciadas devido à dinâmica de conflito.

Implementado pelo Conselho Norueguês para os Refugiados na **Libéria**, o *Youth Education Pack* (YEP) responde às necessidades expressadas pelos jovens que, devido à guerra, perderam a oportunidade de irem à escola. Depois da guerra, a maioria dos jovens viu reduzidas as oportunidades de emprego, e muitos sentiram desconfiança nas suas comunidades. Os professores da YEP foram formados e foram instruídos no sentido de que uma estrutura de vida previsível, o estabelecimento de rotinas diárias e a realização de atividades educativas relevantes são componentes essenciais para neutralizar a perturbação causada pelo conflito. A avaliação do projeto YEP identificou muitos benefícios para a juventude, tais como a aquisição de uma nova identidade positiva na comunidade e a aprendizagem de competências vocacionais para a geração de pequenos rendimentos. Além disso, a taxa de criminalidade diminuiu acentuadamente durante o projeto YEP. Quando os professores/as são apoiados para garantir uma educação relevante para os jovens afetados pelo conflito, de forma a promover a aceitação entre grupos, então trata-se de Educação Sensível às questões de Conflito (Moberg e Johnson-Demen, 2009).

- Na fase de recuperação a longo prazo, os textos de âmbito nacional, a formação de professores e as políticas de gestão escolar e exames devem estar livres de conteúdo e processos tendenciosos. Devem ser antes substituídos por conteúdos sobre cidadania responsável, governação escolar, direitos humanos e normas humanitárias e transformação de conflitos. Os currículos, textos e materiais resultantes de uma reforma devem ser distribuídos de forma equitativa em todas as regiões e junto de todos os grupos, incluindo refugiados, deslocados e crianças soldado reintegrados.

Num contexto de conflito, a **formação, desenvolvimento profissional e apoio aos professores/as** constituem uma oportunidade de contribuir, em larga escala, para a transformação para uma população mais pacífica, respeitosa e cívica. As estratégias de Educação Sensível às questões de Conflito, ao nível do processo e conteúdo da formação e apoio ao professor/a podem incluir:

- Processo de Formação - Disponibilizar oportunidades de formação de professores/as para homens e mulheres, sem discriminação de qualquer grupo, incluindo professores refugiados e deslocados; Garantir formação complementar aos grupos que foram previamente excluídos da formação de professores, que seja relevante e atenda às suas necessidades; Coordenar com o Ministério da Educação para assegurar que a formação de todos os grupos é reconhecida e validada pelas autoridades relevantes.
- Conteúdo da formação – O conteúdo de formação de professores sensível às questões de conflito inclui o desenvolvimento de competências em metodologias participativas, direitos humanos, dinâmica e transformação de conflito, assim como questões de identidade, cidadania responsável, reconciliação, alternativas não-violentas, instrução adequada aos diferentes níveis e graus e, por fim, contemplar a memória histórica.
- Apoio ao professor/a - Os tópicos de formação sensível às questões de conflito devem ser reforçados por um acompanhamento contínuo e padronizado (por exemplo, tutoria entre pares, supervisão, formação de refrescamento e distribuição de material). Muitos professores/as em contextos afetados por conflitos vivenciam, na primeira pessoa, situações de violência e necessitam de apoio psicossocial. Para atender a essa necessidade, é prioritário estabelecer estruturas de apoio entre professores para reforçar a sua capacidade de lidar com conflitos, assim como partilhar boas práticas e reduzir o stresse psicossocial. Motivar os professores/as através de programas de incentivo (económicos ou outros) no sentido de voltarem ou permanecerem no ensino, especialmente aqueles que trabalhem em áreas difíceis e/ou afetadas por conflitos.

A forma como um professor transmite conhecimento pode ser uma poderosa ferramenta de transformação social das comunidades afetadas por conflitos. Pelo contrário, os métodos de ensino podem perpetuar ideias e práticas que contribuem para o conflito, tais como o preconceito e a desigualdade. Por conseguinte, é fundamental que o **processo de instrução e aprendizagem** seja conduzido de forma sensível ao conflito. Os métodos e conteúdos específicos devem ser definidos em função dos resultados da análise de conflito. Ainda assim, as estratégias gerais para a instrução sensível às questões de conflito podem passar por:

- Coordenar com pais e líderes comunitários para que compreendam e aceitem o conteúdo de aprendizagem e métodos de ensino utilizados, e não os considerem como um desafio para o seu grupo identitário específico.
- Refletir sobre os resultados da análise de conflito e considerar o uso da língua materna nos níveis iniciais, ou mesmo instrução multilíngue, e recrutar e formar professores/as que falem as línguas minoritárias (Sigsgaard, 2012: 38-39). Para os jovens que necessitam de uma outra língua para ingressar no ensino secundário ou na economia local, importa considerar a possibilidade de atender a essa necessidade através de programas de aprendizagem alternativos.
- Compreender a dinâmica do conflito, assim como e dos enviesamentos pessoais e adaptar a instrução de acordo com essa informação.
- Usar métodos apropriados e inclusivos de todos os alunos/as, sejam eles crianças soldado reintegradas, deslocados internos, refugiados, falantes de outras línguas que não a predominante e crianças/jovens de outras nacionalidades.

Na **Bósnia e Herzegovina**, as escolas integradas no Distrito autónomo de Brčko disponibilizaram aos repatriados e deslocados internos um programa secular sobre a «cultura das religiões», em oposição à instrução religiosa. Isto proporcionou uma alternativa às escolas exclusivamente religiosas e, eventualmente, permitiu a reintegração social (Grupo de Trabalho da INEE sobre Educação e Fragilidade, 2011a:39). A reforma curricular que permita a eliminação de conteúdo enviesado em desfavorecimento de grupos específicos e a promoção da integração social, é um exemplo de Educação Sensível às questões de Conflito.



*O professor ajuda James Kaahwa, 10 anos, durante uma aula de inglês na Escola Primária Modelo Kisojo no distrito de Kyenjojo, Uganda* ©UNICEF/NYHQ2010-1482/Shehzad Noorani

No **Ruanda**, a escolaridade tem sido atribuída como um papel fundamental na fase de reconciliação pós-genocídio e a educação para a paz é uma parte importante do currículo, dando espaço para o cultivo de valores como justiça, solidariedade e respeito. Além disso, os professores/as tem dedicado esforço especial para que a instrução seja encorajadora e inclusiva. Uma professora diz a todos os seus alunos: 'Vocês são todos meus filhos, meus amados. Não há estes e aqueles' (King, 2011: 147-149). Quando os professores/as estão conscientes da dinâmica do conflito e dos seus próprios preconceitos, e implementam a pedagogia da participação e da inclusão, estão a usar uma prática de Educação Sensível às questões de Conflito.

- Formar e educar para a não-violência, o pensamento crítico, a resolução pacífica de conflitos e o respeito pelas diferentes opiniões (UNICEF, 2012: 23, 54), Grupo de Trabalho do INEE sobre Educação e Fragilidade, 2011b: 47. (Mais informação sobre os métodos de instrução para a consolidação da paz disponível no *Kit* de Ferramentas INEE sobre Educação para a Paz, INEE 2004-2008.)

Como é que a **avaliação dos resultados da aprendizagem** pode ser realizada de uma forma que seja sensível às questões de conflito? A avaliação de aprendizagem pode ser uma ferramenta de restrição ou de oportunidade em contextos de conflito. Por um lado, se um exame nacional obrigatório é disponibilizado apenas na língua dos detentores do poder, ou se o conteúdo é culturalmente relevante para apenas um grupo específico, a avaliação assume-se como uma barreira ao acesso e à qualidade da educação equitativa. Por outro lado, se um exame

nacional é imparcial e acessível a todos os alunos, pode ser uma oportunidade equitativa para o emprego e educação futuros. Assim, garantir que a avaliação de resultados de aprendizagem seja sensível às questões de conflito, pode incluir medidas como:

- Fazer avaliações justas e acessíveis a todos os alunos, através de ações como a tradução, eliminação de conteúdo tendencioso a qualquer grupo e a distribuição equitativa de testes entre as regiões.
- Coordenar com o Ministério da Educação para responder a desafios gerais da avaliação, tais como, o reconhecimento de certificados de avaliação emitidos noutros países ou por outros agentes educativos, como as organizações da sociedade civil a trabalhar no país (por exemplo, agências a promover serviços educativos em campos de refugiados).
- Incluir nas avaliações tópicos sensíveis às questões de conflito, tais como cidadania responsável e transformação de conflitos.
- Desagregar os resultados de avaliação em função das características do grupo, no sentido de identificar discrepâncias educativas, assim como regiões que necessitam de investimento complementar no setor de educação, para que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade. Conforme mencionado na secção deste Manual sobre monitorização e avaliação, a informação desagregada pode ser usada para alimentar conflitos existentes entre grupos e, por isso, deve ser tratada de uma forma sensível à dinâmica de conflito.
- Utilizar os resultados da avaliação para testar a qualidade e relevância da educação - por exemplo, a relevância dos programas de ensino técnico e profissional face ao ambiente de mercado e para fundamentar mudanças nos currículos e nos métodos.

Abaixo são propostas algumas perguntas de reflexão para cada um dos Requisitos Mínimos da INEE no âmbito do Domínio 3: Ensino e Aprendizagem. Estas foram selecionadas a partir do conjunto de perguntas incluídas na **Ferramenta da INEE de Apoio à conceção e implementação de Programas de Educação Sensível a questões de Conflito, em contextos frágeis e afetados por conflitos**, que podem ser encontradas na página da INEE: <http://www.ineesite.org/pt/educacao-sensivel-as-questoes-de-conflito/>.

<b>REQUISITOS MÍNIMOS DA INEE DOMÍNIO 3: ENSINO E APRENDIZAGEM</b>	<b>PERGUNTAS DE REFLEXÃO SOBRE EDUCAÇÃO SENSÍVEL ÀS QUESTÕES DE CONFLITO</b>
<b>Requisito 1:</b> Currículo	Existe um processo que garanta que os currículos e materiais de ensino são livres de conteúdo tendencioso e acessíveis às necessidades de todos os alunos/as (independentemente da sua etnia, religião, sexo, língua ou outra característica grupal)?
<b>Requisito 2:</b> Formação, Desenvolvimento e Apoio Profissional	A formação inicial e em serviço de professores/as incluem o desenvolvimento de competências de sensibilidade às questões de conflito, por exemplo, sensibilidade à interculturalidade? (ver lista de competências elencadas neste Manual no âmbito do domínio 4 dos Requisitos Mínimos)
<b>Requisito 3:</b> Instrução e Processo de Aprendizagem	Os professores/as são incentivados a adaptar as suas aulas de forma a se tornarem relevantes face à diversidade de necessidades dos alunos e à dinâmica do conflito?
<b>Requisito 4:</b> Avaliação	As avaliações de aprendizagem são imparciais em termos de conteúdo e acessíveis a todos os alunos/as, tais como repatriados que falam línguas que não a dominante, crianças soldado reintegradas, alunos/as com idade superior à idade indicada para o nível de ensino que frequentam, etc.?

## DOMÍNIO 4 DOS REQUISITOS MÍNIMOS

### ESTRATÉGIAS PARA PRÁTICAS DE PROFESSORES E OUTROS TÉCNICOS SENSÍVEIS ÀS QUESTÕES DE CONFLITO

Domínio 4 dos Requisitos Mínimos da INEE: **Professores e Outros Técnicos de Educação**

1. **Recrutamento e Seleção:** deve ser recrutado um número suficiente de professores/as qualificados e de outros profissionais educativos, através de um processo transparente e participativo, com base em critérios de seleção que reflitam diversidade e equidade.
2. **Condições de Trabalho:** os professores/as e restantes técnicos de educação envolvidos, devem ter condições de trabalho claramente definidas, seguir um código de conduta e serem adequadamente recompensados.
3. **Apoio e Supervisão:** os mecanismos de apoio e supervisão para professo/as e restantes técnicos devem efetivamente funcionar.

O conteúdo que se segue reflete um conjunto de estratégias de educação sensível às questões de conflito, associada a cada um dos Requisitos Mínimos da INEE neste domínio (assinalados a negrito).

Com base na informação recolhida através da análise de conflito, para que o **recrutamento e seleção de professores/as** sejam sensível às questões de conflito, devem seguir um processo transparente e participativo que evite enviesamentos que favoreçam um determinado grupo. Se assim for, o recrutamento do corpo docente evita a perpetuação de desigualdades e pode ser percebido pelos cidadãos e cidadãs anteriormente excluídos como um benefício ou um dividendo da paz. Se, no entanto, o recrutamento for conduzido de acordo com as linhas de conflito, pode provocar a escalada de ressentimentos entre grupos e desencadear violência (Sigsgaard, 2012:33). Neste sentido, as estratégias de implementação do recrutamento e seleção de professores/as sensíveis às questões de conflito, incluem:

- Redigir descrições de cargos e posições, bem como diretrizes de seleção não discriminatórias que incluam a posse de competências sensíveis às questões de conflito (ver caixa de texto sobre competências dos professores/as na página seguinte).
- Estabelecer uma comissão de seleção que represente diferentes grupos sociais, incluindo aqueles que podem ter sido anteriormente marginalizados devido à dinâmica do conflito.
- Selecionar professores/as e outros técnicos de educação de forma transparente, com base nas descrições de cargos e na posse de competências sensíveis às questões de conflito, tendo em conta a aceitação da comunidade, o género e a diversidade.
- Destacar e distribuir os professores/as de forma justa e transparente de forma equitativa em todas as regiões, utilizando esquemas de incentivos (salários ou compensações não monetárias) no preenchimento de vagas em áreas pouco desenvolvidas devido à dinâmica de conflito.
- Coordenar com o Ministério da Educação, a fim de vincular e apoiar o desenvolvimento de sistemas de recursos humanos e métodos de pagamento equitativos a longo prazo, para professores/as e outros técnicos de educação.

## Competências de Sensibilidade às questões de Conflito de Professores/as e Outros Profissionais do setor de Educação (Adaptado para as questões de recrutamento de professores a partir do *Conflict Sensitivity Consortium*, 2012: 23, 39)

- Compreende o conflito, as suas causas e dinâmicas e a necessidade de transformação de conflito;
- Reconhece que a educação de todas as pessoas é um direito humano;
- Reconhece os seus próprios enviesamentos e a forma como as suas ações, no ambiente de aprendizagem, podem ser percebidas por diferentes grupos, em diferentes contextos;
- Possui boa sensibilidade perante a interculturalidade e conhecimento dos alunos e das suas famílias;
- É capaz de ter uma conversa com os alunos sobre o conflito;
- É capaz de ver a ligação entre a igualdade de acesso a uma educação de qualidade e a prevenção e mitigação de conflitos.
- É capaz de recolher e analisar informação de diferentes formas e desafiar suposições.

A compensação desigual pode ser um motor de conflito, especialmente em contextos frágeis. Portanto, é fundamental que os programas e políticas de educação que abordam as **condições de trabalho e de compensação** sejam implementados de maneira sensível às questões de conflito. Qualquer estratégia deve ser ter por base os resultados da análise de conflito local, incluindo uma análise da dinâmica política e económica local. (Mais informação sobre esta temática está disponível na Notas Orientadoras da INEE sobre Compensação de Professores em Estados Frágeis, Situações de Deslocamento e Recuperação Pós-Crise [tradução livre de INEE Guidance Notes on Teacher Compensation in Fragile States, Situations of Displacement and Post-Crisis Recovery] (2009).) No que respeita a este requisito, as estratégias de Educação Sensível às questões de Conflito a serem consideradas incluem:

- Providenciar uma compensação dos professores/as e dos técnicos de educação que seja justa e equitativa face ao mercado de trabalho local. Evitar compensações inconsistentes e irregulares que possam desencadear descontentamento e conflitos relativos ao trabalho.
- Proporcionar uma compensação equitativa e condições de trabalho dos professores/as e técnicos de educação de todas as regiões e de todos os grupos sociais, incluindo a população nacional, os refugiados e as pessoas deslocadas internamente.
- Ter em conta a implementação de esquemas de compensação não monetária para encorajar professores/as qualificados/as a ensinarem em áreas negligenciadas ou de maior dificuldade e a reduzirem as disparidades educativas que podem levar a conflitos. A compensação não-monetária dos professores/as pode incluir: transporte, alojamento ou alimentação.

Na **Etiópia**, perante a necessidade de professores num campo de refugiados, os membros da comunidade **selecionaram** professoras Kunama, oriundas da Eritreia porque se trataram das mulheres mais educadas no campo. Encorajadas pela indicação da comunidade, as professoras concordaram e providenciaram o acesso à educação a crianças que tinham perdido anos de escolaridade. (Kirk e Winthrop, 2007) A participação da comunidade na seleção de professores promove a confiança, transparência e aceitação da comunidade e não contribui para as tensões que podem levar ao conflito.

- Coordenar esquemas de compensação e condições de trabalho com o governo, com o *Cluster* de Educação, outros atores educativos e sindicatos de professores/as, com o objetivo de apoiar a definição de um sistema estável e de longo prazo de prestação de serviços educativos.
- Planear com antecedência a transição suave de um sistema de pagamento de âmbito local para um sistema de pagamento de âmbito nacional (isto se for o caso das comunidades locais estarem a apoiar os professores/as) para evitar lacunas na compensação e, portanto, ressentimentos que possam levar a conflitos.

Os mecanismos de **apoio e supervisão de professores/as** e de outros profissionais do setor de educação são vitais para a criação de um potencial técnico no setor de educação equitativo e de qualidade, a nível nacional. Apoiar o desenvolvimento profissional dos professores/as e satisfazer as suas necessidades ajuda a estabilizar a força de trabalho e prevenir ressentimentos que possam conduzir a conflitos. A garantia de uma supervisão adequada pode alertar os atores para as áreas de ensino com menor qualidade e, daí, desencadear ações apropriadas, evitando assim as desigualdades e possíveis queixas.

- Apoio a professores - Em situações onde o conjunto de professores aos quais se possa recorrer localmente tiverem uma capacidade mínima, como é frequentemente em situações de conflito, devem ser implementados planos de desenvolvimento profissional e processos de certificação, no sentido de apoiar novos professores ou outros que necessitem de qualificação. Deve ser dada especial atenção aos professores recrutados de grupos anteriormente excluídos do corpo docente, por exemplo grupos étnicos, religiosos ou de género. Os programas de apoio entre pares podem garantir apoio psicossocial a professores que trabalham em contextos de conflitos desafiadores. As contribuições dos parceiros privados (recursos materiais ou assistência técnica) podem complementar a oferta nacional e fortalecer a moral.
- Supervisão de professores – Esta supervisão deve ser operacionalizada de forma transparente e imparcial. As avaliações de desempenho devem ser conduzidas e documentadas de forma transparente com base na descrição do cargo. O comité constituído pelo professor, pelo empregador e pela comunidade deve concordar com a descrição de funções e os códigos de conduta dos professores/as. Ambos os documentos podem ser usados enquanto base para a supervisão do desempenho do professor de forma objetiva e participativa. Importa ainda coordenar a supervisão com os pais e alunos, quer seja para monitorizar queixas ou para garantir que eles tenham a oportunidade de dar a sua opinião sobre o desempenho dos professores/as e outros profissionais de educação, especificamente no que se refere às suas abordagens de Educação Sensível às questões de Conflito na sala de aula (mais informação sobre Códigos de Conduta disponível em Smith, 2010:261).

Na **Somália**, a *World Vision* esforça-se para apoiar professores e fomentar o seu profissionalismo através: a) da oferta de incentivos para complementar a contribuição da comunidade; b) do trabalho com a comunidade, explicando e reforçando o papel e a importância dos professores junto das comunidades; c) da formação e orientação aos professores; d) da entrega de produtos agrícolas aos professores/as para as suas plantações; e) da entrega de material escolar aos professores (INEE, 2009:17). Providenciando uma compensação justa e um sistema de apoio aos professores de forma transparente, responsável e equitativa limita o risco de contribuir para as tensões existentes na comunidade e dá um exemplo de boa governação, contribuindo assim para a educação sensível às questões de conflito.

Abaixo são propostas algumas perguntas de reflexão para cada um dos Requisitos Mínimos da INEE no âmbito do Domínio 4: Professores e Outros Técnicos de Educação. Estas foram selecionadas a partir do conjunto de perguntas incluídas na **Ferramenta da INEE de Apoio à conceção e implementação de Programas de Educação Sensível a questões de Conflito, em contextos frágeis e afetados por conflitos**, que podem ser encontradas na página da INEE: <http://www.ineesite.org/pt/educacao-sensivel-as-questoes-de-conflito/>.

<b>REQUISITOS MÍNIMOS DA INEE DOMÍNIO 4: PROFESSORES E OUTROS TÉCNICOS DE EDUCAÇÃO</b>	<b>PERGUNTAS DE REFLEXÃO SOBRE EDUCAÇÃO SENSÍVEL ÀS QUESTÕES DE CONFLITO</b>
<b>Requisito 1:</b> Recrutamento e Seleção	A seleção e o recrutamento de professores/as decorrem segundo processos transparentes, participativos e imparciais, relativamente a qualquer grupo?
<b>Requisito 2:</b> Condições de Trabalho	A remuneração dos professores/as é feita de forma transparente, responsável e equitativa, de forma a não aumentar a tensão?
<b>Requisito 3:</b> Apoio e Supervisão	Existe um sistema de supervisão e apoio para todos os profissionais do setor de educação, incluindo grupos menos qualificados e grupos anteriormente marginalizados devido a conflitos?

## DOMÍNIO 5 DOS REQUISITOS MÍNIMOS

### ESTRATÉGIAS PARA POLÍTICAS EDUCATIVAS SENSÍVEIS ÀS QUESTÕES DE CONFLITO

Domínio 5 dos Requisitos Mínimos da INEE: **Política Educativa**

1. **Formulação de Leis e Políticas:** as autoridades educativas devem dar prioridade à continuidade e à recuperação da educação de qualidade, incluindo o acesso livre e inclusivo à escola.
2. **Planificação e Implementação:** as atividades educativas devem ter em conta políticas, leis, normas, requisitos e planos nacionais e internacionais, bem como as necessidades de aprendizagem das populações afetadas.

A educação é um direito humano, contemplado em vários instrumentos jurídicos internacionais e compromissos políticos. A formulação e implementação da política educativa é o mecanismo através do qual os atores do setor de educação podem fazer cumprir este direito. Se as políticas educativas não forem sensíveis às questões de conflito, podem promover hostilidades entre grupos, provocar ciclos de escalada de violência, perpetuar desigualdades e, em alguns casos, desencadear violência. As políticas educativas sensíveis às questões de conflito promovem a coesão social, uma identidade nacional que reconhece e valoriza a diversidade, a operacionalização de serviços neutros e equitativos para todas as pessoas, e um processo e ambiente de ensino e aprendizagem respeitoso.

Como **formular, então, leis e políticas de educação** de uma forma sensível às questões de conflito? A resposta a esta pergunta passa por:

- Fazer uso da análise de conflito e conseqüente compreensão das relações entre educação e dinâmicas sociais, económicas, políticas, de segurança e ambientais para fundamentar novas orientações da política educativa.
- Relacionar as orientações das políticas de Educação Sensível às questões de Conflito com as estratégias de redução da pobreza sensível às questões de conflito, os acordos de consolidação da paz, as políticas de estabilização, as políticas de recuperação económica, as políticas de empregabilidade juvenil e as políticas de inclusão social.
- Coordenar com as partes interessadas, incluindo grupos previamente marginalizados e grupos com possíveis ressentimentos, no sentido de construir consenso em torno de novas orientações da política educativa (ver também a lista abaixo e a lista de apresentação na secção correspondente ao requisito de coordenação).
- Monitorizar continuamente as perceções de diferentes grupos em relação às novas orientações políticas e adaptar a formulação em função do que for necessário para responder a questões que possam surgir.
- Conceber políticas a curto, médio e longo prazo, para assegurar a transformação progressiva e gradual da educação e a sustentabilidade dos ganhos imediatos na prestação de serviços educativos em contexto pós-conflito (Eurotrends, 2009:44-49).

E quem deve ser envolvido no desenvolvimento de políticas educativas sensíveis às questões de conflito? (adaptado de UNESCO-IIEP, 2011:60)

- Setor privado de educação
- Sociedade Civil
- **Cluster** de Educação
- Comissão de Exames Nacionais
- Associações profissionais, por exemplo, sindicatos de professores, grupos religiosos
- Organizações não-governamentais internacionais e nacionais
- Representantes dos ministérios do planeamento, finanças, assuntos sociais, trabalho, administração, proteção civil, etc.
- Ministério da Educação (departamentos relacionados com as instalações educativas, currículo, estatística, formação de professores/as, construção escolar)

Quais são as áreas prioritárias para a política Educativa Sensível às questões de Conflito?

À partida, a análise de conflito indica em que situações pode ser necessária uma política específica, nova ou revista, para assegurar que a educação seja assegurada de maneira sensível às questões de conflito. Por exemplo, se a análise de conflito revelou que ex-crianças soldado não estão a ter acesso à educação, pode ser formulada uma política de aprendizagem alternativa. Em geral, a política de Educação Sensível às questões de Conflito deve abordar as seguintes áreas-chave:

- Mobilização da vontade política e capacidade de promover a Educação Sensível às questões de Conflito, bem como abordar os fatores de conflito identificados através da análise de conflito;
- Promoção do acesso equitativo em todos os níveis de educação;
- Desenvolvimento do currículo, do ensino e da linguagem sensíveis às questões de conflito;
- Fortalecimento da preparação para emergências, protegendo a educação de ataques;
- Resposta a outras questões-chave identificadas em processos de análise de conflito a nível nacional. (mais informação sobre políticas sensíveis às questões de conflito, disponível em UNESCO-IIEP, 2011:55-56 e Sigsgaard, 2012:20-21).

O processo de formulação de políticas e decorrentes novas orientações servem de guia para a operacionalização política, isto é, o planeamento e a implementação. **Planear e implementar** uma nova política educativa num contexto de conflito deve ser feito de forma sensível à interação entre a educação e a dinâmica do conflito. Por exemplo, se a análise de

Na **Libéria**, a escolha entre dar enfoque à educação de ex-combatentes, que apresentam um particular fator de risco para a estabilidade, e garantir a educação no seu todo, representa um dilema programático. As queixas entre as pessoas que não beneficiam de programas para ex-combatentes foram atenuadas, em parte, através da introdução do ensino gratuito e obrigatório em 2001 e da campanha de retorno às aulas em 2003. Os relatórios têm sido positivos no que se refere a ambas as iniciativas, enquanto incentivo à educação básica em geral (Grupo de Trabalho da INEE para a Educação e Fragilidade, 2011a:47). Implementar uma política da educação gratuita e obrigatória para todos - grupos envolvidos no conflito (ex-combatentes) e grupos não envolvidos no conflito - evita contribuir para as tensões entre grupos e é um exemplo de Educação Sensível às questões de Conflito.

conflito revelar que uma região afetada por conflito tem uma taxa de matrícula muito menor do que outras regiões, então devem ser planejadas e implementadas metas e resultados para garantir o acesso equitativo na região. Embora os planos específicos variem de acordo com o contexto, o objetivo geral da implementação da política educativa deve ser a igualdade de acesso para todas as pessoas, incluindo refugiados, populações deslocadas e grupos desfavorecidos. As estratégias para o fazer de forma sensível às questões de conflito podem incluir medidas como:

- O setor de educação e os planos operacionais devem ser fundamentados pela informação resultante da análise de conflito e devem ser continuamente atualizados face à evolução da situação de conflito.
- Continuar o diálogo participativo de âmbito nacional sobre como desenvolver as atividades educativas de maneira sensível às questões de conflito, contemplando um mecanismo de coordenação que inclua pessoas de grupos e atores diversos (étnicos, religiosos, sociais, de idade e de género) [governamentais, não governamentais, Educação, local, externo, ONU e outros] com presença no país.
- Integrar o planeamento e a implementação das atividades educativas com outras estratégias nacionais, tais como de resposta a emergências, de redução da pobreza e de consolidação da paz, a fim de assegurar uma melhor cobertura das áreas ou grupos negligenciados.
- Fortalecer a capacidade dos estados de planear, monitorizar e regular a educação fornecida por atores não-governamentais, a longo prazo, a fim de promover a operacionalização de serviços educativos sustentáveis e evitar ressentimentos causados por lacunas nesses serviços.
- Planejar metas de educação e resultados para o acesso equitativo, através de atividades como a desagregação da informação relativa à alocação orçamental, à taxa de matrículas e à distribuição de professores, em função dos grupos regionais, étnicos e religiosos, no sentido de demonstrar discrepâncias (Sigsgaard, 2012:30).
- Monitorizar continuamente a implementação dos planos de educação para acompanhar qualquer queixa e atender às necessidades de mudança em diferentes regiões e grupos sociais sem discriminação.

No **Sudão do Sul** em 2012, o *Cluster* de Educação reuniu um grupo representativo de atores do setor de educação num workshop, com a duração de uma semana em Juba, para contextualizar os Requisitos Mínimos da INEE à realidade atual que se vive no país. Os participantes tiveram em conta a interação entre educação e os conflitos no Sul do Sudão e estabeleceram requisitos educativos que abordaram essas preocupações e, portanto, promovem o acesso a uma educação de qualidade. Como resultado, o Ministério da Educação do Sudão do Sul adotou os novos requisitos de emergência na sua política educativa recentemente formulada (Koons, 2012). A coordenação entre os diversos atores de educação no nível de formulação de políticas aumenta o consenso das partes interessadas e evita contribuir para tensões ou queixas existentes, ilustrando assim uma prática de Educação Sensível às questões de Conflito.

Abaixo são propostas algumas perguntas de reflexão para cada um dos Requisitos Mínimos da INEE no âmbito do Domínio 5: Política Educativa. Estas foram selecionadas a partir do conjunto de perguntas incluídas na **Ferramenta da INEE de Apoio à conceção e implementação de Programas de Educação Sensível a questões de Conflito, em contextos frágeis e afetados por conflitos**, que podem ser encontradas na página da INEE: <http://www.ineesite.org/pt/educacao-sensivel-as-questoes-de-conflito/>.

<b>REQUISITOS MÍNIMOS DA INEE DOMÍNIO 5: POLÍTICA EDUCATIVA</b>	<b>PERGUNTAS DE REFLEXÃO SOBRE EDUCAÇÃO SENSÍVEL ÀS QUESTÕES DE CONFLITO</b>
<b>Requisito 1:</b> Formulação de Leis e Políticas	O processo de formulação de políticas educativas inclui representantes de diversos grupos e são antecedidas de uma análise de conflito?
<b>Requisito 2:</b> Planeamento e Implementação	As atividades de implementação da política educativa refletem as lições aprendidas com a análise de conflito, especificamente as discrepâncias educativas que podem ser intensificadas ou minimizadas através da política planeada?

# RECURSOS

# 3

Esta secção do Manual disponibiliza um conjunto de recursos e sugestões de bibliografia adicional que possa ser relevante no que se refere à temática de Educação Sensível às questões de Conflito. Em particular, a secção é constituída por quatro anexos:

**Anexo 1** - Quadro de Referência sobre Educação Sensível às Questões de Conflito

**Anexo 2** - Atividades e ferramentas de análise de conflitos

**Anexo 3** - Estudos de Caso

**Anexo 4** - Referências bibliográficas organizadas por tema

**Anexo 5** - Índice Remissivo

## ANEXO 1:

### QUADRO DE REFERÊNCIA SOBRE EDUCAÇÃO SENSÍVEL ÀS QUESTÕES DE CONFLITO

Este quadro complementa a seção II deste Manual. Trata-se de uma ferramenta de referência com sugestões concretas e sucintas para a Educação Sensível às questões de Conflito, que tem como o objetivo estimular o pensamento crítico, ao invés de ser abrangente ou mesmo prescritiva. Estas sugestões podem ser adaptadas e complementadas por aqueles que utilizem o Quadro, com base na análise de conflitos e no contexto específico em que trabalham.

#### DOMÍNIO 1 DOS REQUISITOS MÍNIMOS DA INEE: REQUISITOS BÁSICOS

##### REQUISITO 1 DE ANÁLISE: DIAGNÓSTICO

Em situações de emergência os diagnósticos educativos devem ser conduzidos atempadamente, de forma holística, transparente e participativa.

##### Análise de Conflito

- Qualquer atividade educativa em contextos de conflito deve ter início numa análise de conflitos no sentido de conhecer e analisar a dinâmica, as partes interessadas e as relações entre o conflito e a estratégia de resposta no setor de educação.
- A análise de conflitos deve envolver um amplo grupo de atores (do setor de educação e outros) e deve incluir a identificação das causas próximas, intermédias e outras que estejam na origem do conflito. Deve ter recursos suficientes para que seja uma atividade significativa e inclusiva.
- Deve ser realizada um diagnóstico abrangente de necessidades e dos recursos educativos para os diferentes níveis e tipos de educação, de forma sensível ao conflito com a participação das principais partes interessadas e grupos sociais.

##### Diagnóstico

- Os dados relativos à situação da educação disponíveis, devem ser desagregados e mapeados por região, grupo étnico ou religioso, para todos os níveis de educação, de forma a mostrar discrepâncias, barreiras ao acesso e possíveis relações com o conflito.
- Devem ser recolhidas informações sobre conhecimentos, atitudes e percepções das populações beneficiárias e não beneficiárias relativamente às respostas educativas e ao conflito em si.
- Nota: podem ser acrescentadas outras estratégias desde que adequadas ao contexto local.

##### REQUISITO 2 DE ANÁLISE: ESTRATÉGIAS DE RESPOSTA

As estratégias de resposta educativa em contexto de emergência devem incluir uma descrição clara do contexto, das dificuldades que comprometem o direito à educação e das estratégias para superar as referidas dificuldades.

- As estratégias de resposta (o quê, quem, onde, quando) devem refletir com precisão os resultados da avaliação, o contexto e a análise de conflito e devem ser continuamente adaptados ao contexto de conflito.
- As respostas educativas devem responder progressivamente às necessidades das populações afetadas por conflitos em prol de uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, que não contribua para as tensões intergrupais.
- As estratégias de resposta devem ser concebidas e implementadas de forma a não prejudicar os beneficiários ou prestadores de serviços e de forma a não contribuírem para o conflito.
- A seleção do grupo de beneficiários deve ser feita de forma participativa e transparente, fundamentada nos resultados da análise de conflito, para que os mecanismos de monitorização devem estar claramente delineados.
- As respostas de Educação sensível às questões de conflito devem complementar e estar harmonizadas com as políticas e programas educativos nacionais (sobretudo na medida em que não exacerbem o conflito).
- Nota: podem ser acrescentadas outras estratégias desde que adequadas ao contexto local.

### REQUISITO 3 DE ANÁLISE: MONITORIZAÇÃO

Deve ser assegurada a monitorização regular das atividades de resposta educativa, bem como da evolução das necessidades educativas das populações afetadas.

#### O quê?

- No sentido de mapear a sensibilidade às questões de conflito os principais dados devem incluir: taxa bruta/líquida de matrículas por nível e tipo de educação; taxas de transição para os níveis de educação seguintes; forma de medição das taxas de aprendizagem; alocação de financiamento à educação; número de professores com formação adequada; relação aluno/professor; dados demográficos sobre os professores (etnia, religião ou outro); ataques à educação; matrículas planeadas; alocações de financiamento previstas; distribuição de professores prevista; (Sigsgaard, 2012: 27 e 30) e os fatores de risco para a violência, as oportunidades de paz, os efeitos positivos e negativos da atividade sobre o conflito (SDC, 2006) e o conhecimento, atitudes e percepções sobre as atividades educativas.
- Os dados educativos (presentes no SIGE ou outra fonte de dados viável) devem ser desagregados e mapeados por região, grupo étnico ou religioso, para todos os níveis de educação, de forma a mostrar discrepâncias, barreiras ao acesso e possíveis relações com o conflito.

#### Como?

- Devem existir sistemas eficazes, participativos e contínuos de monitorização regular e transparente das atividades de resposta educativa e da sua relação com o conflito, assegurando o uso eficiente dos recursos e a alocação equitativa nos diferentes grupos populacionais.
- Os vários grupos comunitários devem ser regularmente consultados, formados em metodologias de recolha de dados e envolvidos em atividades de monitorização.
- Os dados educativos devem ser analisados e partilhados periodicamente com as partes interessadas, especialmente grupos afetados por conflitos em lados opostos do mesmo conflito (na medida em que esta prática não contribua para o conflito).
- Os prestadores de serviços educativos não governamentais devem apoiar a capacidade do Ministério da Educação para monitorizar e responsabilizar o setor da educação em todas as regiões.
- Nota: podem ser acrescentadas outras estratégias desde que adequadas ao contexto local.

### REQUISITO 4 DE ANÁLISE: AVALIAÇÃO

Uma avaliação sistemática e imparcial melhora as atividades de resposta educativa e fortalece a responsabilização.

- As diversas partes interessadas, incluindo representantes das populações afetadas e autoridades educativas, devem estar envolvidas nas atividades de avaliação e no desenvolvimento de uma base de dados para a educação sensível às questões de conflito.
- As avaliações das atividades de resposta educativa devem ter em conta a dinâmica do conflito nos seus enquadramentos e avaliar especificamente o impacto da atividade educativa nessa mesma dinâmica.
- As avaliações devem ser harmonizadas com mecanismos de coordenação (como, por exemplo, o *Cluster* de Educação) e os quadros de avaliação nacionais de longo prazo, a fim de reduzir a duplicação e a carga de mecanismos de reporte.
- A implementação da avaliação deve ser informada pela análise de conflito e pela recolha de dados, que devem ser desagregados por características e regiões do grupo para revelar discrepâncias na educação.
- As lições e as boas práticas em matéria de educação sensível às questões de conflito devem ser amplamente partilhadas, de forma a reforçar a capacidade das instituições nacionais/regionais e a informar programas e políticas e futuras ações de advocacia.
- Nota: podem ser acrescentadas outras estratégias desde que adequadas ao contexto local.

## REQUISITO 1 DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA: PARTICIPAÇÃO

Os membros da comunidade devem participar ativamente na análise, planejamento, projeto, implementação, monitorização e avaliação das respostas educativas de forma transparente e isenta de discriminação.

- A análise de conflitos, a definição da estratégia de resposta, implementação, monitorização e avaliação das atividades educativas deve contar com a participação ativa de um grupo representativo de membros da comunidade (incluindo raparigas/ rapazes, jovens, mulheres/homens e outros grupos característicos).
- As comissões educativas de base comunitária devem ser inclusivas no que diz respeito à representatividade, independentemente da característica do grupo.
- As atividades educativas devem basear-se na resiliência e na capacidade da comunidade, independentemente das características do grupo.
- As ligações entre comunidades de acolhimento/deslocados/ refugiados devem ser fomentadas através de mecanismos de participação comunitária.
- Os métodos e momentos de formação e atividades participativas devem ser acessíveis a grupos anteriormente marginalizados pelas estruturas de poder.
- A dinâmica comunitária e do conflito, bem como a sua interação com a atividade educativa, devem ser continuamente monitorizadas.
- Nota: podem ser acrescentadas outras estratégias desde que adequadas ao contexto local.

## REQUISITO 2 DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA: RECURSOS

Os recursos comunitários devem ser identificados, mobilizados e utilizados para implementar oportunidades de aprendizagem adequadas à idade dos aprendentes.

- A mobilização de recursos deve ser informada pela análise de conflito e as respostas às seguintes perguntas:
  - Quem assegura os recursos e como são percebidos por outros grupos na comunidade?
  - Qual era a origem principal dos bens? Está associada a uma das partes do conflito?
  - Como é que esses recursos afetarão a relação entre a atividade educativa e a dinâmica do conflito?
  - O uso destes recursos afetará negativamente o igual acesso à educação para qualquer tipo particular de aluno/a??
- As comunidades, os atores educativos e os alunos devem identificar e mobilizar os recursos locais para reforçar o acesso equitativo a uma educação sensível às questões de conflito e de qualidade, devidamente informados pela análise de conflito.
- As autoridades educativas, a comunidade local e os grupos humanitários devem reconhecer as competências e conhecimentos existentes em todos os grupos da comunidade e conceber programas de educação para maximizar o uso destas capacidades e proporcionar uma educação sensível para as questões de conflito.
- Autoridades educativas, doadores, agências da ONU, ONG, comunidades e outras partes interessadas, devem utilizar estruturas de financiamento oportunas, transparentes, equitativas e coordenadas para apoiar as atividades educativas.
- Devem existir recursos suficientes para garantir a continuidade, equidade e qualidade das atividades educativas de todos os grupos sem discriminação.
- Nota: podem ser acrescentadas outras estratégias desde que adequadas ao contexto local.

## REQUISITO 1 DE COORDENAÇÃO: COORDENAÇÃO

Devem existir mecanismos de coordenação para a educação e apoio às partes interessadas que trabalham para garantir o acesso e a continuidade de uma educação de qualidade.

- As autoridades educativas, responsáveis pelo cumprimento do direito à educação, devem assumir um papel de liderança na resposta educativa sensível aos conflitos.
- As autoridades e atores educativos convocam e participam em mecanismos de coordenação (educação e construção da paz).
- Um mecanismo de coordenação representativo deve promover programas e políticas de educação transparentes, responsáveis, abrangentes e adaptativas, devidamente informado pela análise de conflito.
- A estratégia de coordenação deve ser clara e inclusiva para todos os grupos e ainda apoiar a legitimidade da autoridade do Ministério da Educação e do plano do setor da educação.
- Nota: podem ser acrescentadas outras estratégias desde que adequadas ao contexto local.

## DOMÍNIO 2 DOS REQUISITOS MÍNIMOS DA INEE: ACESSO E AMBIENTE DE APRENDIZAGEM

### REQUISITO 1: IGUALDADE DE ACESSO

Todos os indivíduos devem ter acesso a oportunidades relevantes de educação de qualidade.

- A nenhum grupo individual ou social pode ser negado o acesso à educação e oportunidades de aprendizagem devido a políticas ou práticas discriminatórias. (Isso pode incluir o estabelecimento de cotas para grupos sub-representados ou que não tenham sido beneficiados pelas respostas existentes.)
- As estruturas e locais de aprendizagem adequados devem ser acessíveis a todas as pessoas, incluindo: ex-crianças soldado, deslocados internos e refugiados, falantes de línguas não dominantes.
- devem ser eliminadas as barreiras à inscrição/matriculação, tais como, a falta de documentos, o não reconhecimento de certificados, propinas ou outros requisitos.
- Deve ser estar em vigor um processo de validação de resultados académicos (certificados, exames, graduação) obtidos noutro país.
- Os alunos devem ter a oportunidade de entrar ou voltar a entrar no sistema de educação formal o mais rapidamente possível, após a interrupção causada pelo conflito.
- O programa de educação em contextos de refugiados deve ser reconhecido quer pelas autoridades educativas locais relevantes, quer pelo país de origem.
- Os serviços educação para a população afetada pelo conflito devem apoiar populações deslocadas/refugiadas e de acolhimento.
- As queixas relativas à falta de acesso à educação, apresentadas por qualquer grupo, devem ser consideradas no processo de análise de conflitos e estratégia de resposta.
- Os programas de desmobilização, desarmamento e reintegração devem priorizar a educação e o apoio psicossocial aos ex-combatentes.
- A educação é relevante para as necessidades da comunidade, em particular, a educação deve fornecer aos alunos competências gerais e de empregabilidade para entrar no mercado de trabalho.
- Nota: podem ser acrescentadas outras estratégias desde que adequadas ao contexto local.

---

## REQUISITO 2: PROTEÇÃO E BEM-ESTAR

Os ambientes de aprendizagem devem ser seguros e promover a proteção e o bem-estar psicossocial dos alunos, professores e outros profissionais de educação.

- O ambiente de aprendizagem não deve causar dano a alunos/as, professores/as e outro pessoal de educação.
- Os professores e outros profissionais da educação devem estar cientes da dinâmica do conflito e dos seus próprios preconceitos e possuir as competências e o conhecimento necessários para criar um ambiente de aprendizagem protetor.
- As vias de acesso ao ambiente de aprendizagem, aos pontos de água e às latrinas devem ser acessíveis a todos em condições de segurança.
- Os ambientes de aprendizagem não devem ser ocupados por forças militares ou para propósitos políticos e devem ser protegidas de ataques.
- A comunidade deve contribuir com atividades e políticas para garantir que os alunos, professores e outros profissionais da educação estejam seguros e protegidos contra ataques. Isto pode incluir negociações com forças armadas para evitar qualquer tipo de ataque a espaços de aprendizagem.
- Os mecanismos de reclamação devem permitir que alunos, pais, membros da comunidade, professores e outros profissionais de educação relatem ameaças à sua segurança física, ao seu bem-estar psicossocial e o incumprimento por parte dos professores relativamente a quaisquer códigos de conduta.
- A resposta educativa deve incluir a formação de funcionários e alunos sobre segurança e proteção.
- Nota: podem ser acrescentadas outras estratégias desde que adequadas ao contexto local.

---

## REQUISITO 3: INSTALAÇÕES E SERVIÇOS

Os estabelecimentos de ensino devem promover a segurança e o bem-estar dos alunos/as, professores/as, bem como de outros profissionais da educação, e estar em ligação com os serviços de saúde, nutrição, psicossocial e de proteção.

- Os espaços e as estruturas de aprendizagem devem ser adequados, seguros e acessíveis em condições de segurança para todos os alunos, de todos os grupos, os professores/as e outros profissionais da educação.
- Os ambientes de aprendizagem temporários e permanentes devem ser reparados, adaptados ou construídos conforme as necessidades, com cobertura a de todos os grupos populacionais, de forma equitativa.
- As perceções dos padrões de construção e das queixas relacionadas com isso devem ser monitorizadas para evitar conflitos.
- Os diversos membros da comunidade devem participar na identificação dos locais, na construção e na manutenção do ambiente de aprendizagem.
- Os espaços de aprendizagem devem ser claramente identificados e protegidos pela comunidade como zonas de paz, isto é, livres de ocupação ou violência militar.
- O espaço de aula e os lugares sentados devem corresponder às proporções acordadas relativamente ao espaço por aluno e professor, a fim de promover metodologias participativas e abordagens centradas no aluno, para todos os grupos da população.
- Quantidades adequadas de água potável e instalações sanitárias adequadas devem ser acessíveis a todos de forma segura, tendo em conta o sexo, a idade, as características como a deficiência e outros grupos.
- As escolas e os espaços de aprendizagem devem estar em ligação com os setores de proteção da criança, saúde, nutrição, os serviços sociais e psicossociais, com especial atenção às áreas e grupos anteriormente negligenciados.
- Nota: podem ser acrescentadas outras estratégias desde que adequadas ao contexto local.

## DOMÍNIO 3 DOS REQUISITOS MÍNIMOS DA INEE: ENSINO E APRENDIZAGEM

### REQUISITO 1: CURRÍCULOS

Os currículos usados devem ser cultural, social e linguisticamente relevantes, para providenciar uma educação formal e não formal, adequadas ao contexto e às necessidades específicas dos alunos.

#### Reforma curricular

- As autoridades educativas devem liderar uma comissão que inclua as várias partes de um conflito e grupos marginalizados, no sentido de rever todos os currículos e livros didáticos antes da sua publicação.
- Os currículos, manuais e materiais suplementares devem ser despojados de material tendencioso e devem ser o mais ajustados possível ao contexto, à idade, ao nível de desenvolvimento, à língua, à cultura, às capacidades e às necessidades dos alunos.

#### Conteúdo

- Os currículos, livros didáticos e materiais complementares devem contemplar as competências essenciais da educação básica, juntamente com as competências relacionadas com a sensibilidade a questões de conflito: psicossociais, direitos humanos, pensamento crítico, prevenção de conflitos e competências de transformação de conflitos.
- Currículos, livros didáticos e materiais complementares devem ser sensíveis a questões de género, devem reconhecer a diversidade, impedir a discriminação e promover o respeito por todos os alunos. Devem ainda ser sensíveis à história, à cultura, às tradições linguísticas e à religião de diferentes grupos sociais.
- Os currículos devem ser relevantes para ex-combatentes, ex-crianças soldado e suas comunidades, através de atividades como formação vocacional e para a subsistência, educação alternativa e reintegração na educação formal. Para evitar a perceção de recompensa aos envolvidos na violência, as respostas educativas devem direccionar-se a toda a comunidade.

#### Língua

- A política relativa às línguas utilizadas deve ser fundamentada pela análise de conflito e pelas necessidades de diversos alunos, possivelmente usando a instrução em língua materna para as classes iniciais, o ensino multilíngue para comunidades deslocadas/de acolhimento e a instrução numa nova língua para jovens que entram no mercado de trabalho, onde se usa outra língua dominante.

#### Congruência

- Os prestadores de serviços de educação, a nível governamental e não-governamental, devem coordenar as questões curriculares, tais como: utilização de currículos e realização de exames propostos pelo ministério da educação, assegurando a acreditação e certificação de programas alternativos e de acordo com o currículo educativo para ex-crianças soldado.

#### Materiais

- Os materiais de ensino e aprendizagem devem ser suficientes e adquiridos localmente, fornecidos em tempo útil, incluindo cobertura equitativa de todas as localizações geográficas e grupos sociais.
- Nota: podem ser acrescentadas outras estratégias desde que adequadas ao contexto local.

---

## **REQUISITO 2: FORMAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E APOIO PROFISSIONAL**

Os professores e restante pessoal envolvido no processo educativo devem receber formação periódica estruturada e relevante de acordo com as necessidades e as circunstâncias.

### **Processo de formação**

- Devem ser disponibilizadas oportunidades de formação para professores/as e outros docentes, de acordo com as suas necessidades, sem discriminação contra qualquer grupo.
- Deve ser dada especial atenção às necessidades específicas dos/as professores/as refugiados/as, incluindo o reconhecimento das suas qualificações pedagógicas, assegurando o seu direito ao emprego e satisfazendo as suas necessidades de desenvolvimento profissional.
- Os cursos de formação, acessíveis a todos/as os/as professores/as, devem ser assegurados por formadores/as qualificados, conscientes da dinâmica do conflito e dos seus próprios preconceitos, reforçando os temas de transformação de conflitos, não violência e participação. Esses/as formadores/as devem ainda oferecer apoio contínuo durante mudanças na dinâmica de conflitos.
- Por meio de formação e apoio contínuo, os/as professores/as devem ser capazes de aplicar métodos sensíveis a conflitos, por exemplo, o recurso a instrução participativa e inclusiva, e a adoção comportamento não discriminatório, não-violento e aceitação da diversidade.
- A formação deve ser reconhecida e aprovada pelas autoridades educativas relevantes, isenta de discriminação.

### **Conteúdo da Formação**

- O conteúdo da formação deve incluir competências no domínio de direitos humanos, cidadania responsável, reconciliação, dinâmica e transformação de conflitos, questões de identidade, alternativas não-violentas, abordando a memória histórica, para que os professores possam liderar discussões e atividades nestes tópicos.

### **Apoio**

- Os programas de formação devem promover estruturas profissionais de apoio entre os professores para aumentar a capacidade de lidar com as situações, partilhar boas práticas e reduzir o stress psicossocial.
- Nota: podem ser acrescentadas outras estratégias desde que adequadas ao contexto local.

---

## **REQUISITO 3: INSTRUÇÃO E PROCESSO DE APRENDIZAGEM**

Os processos de ensino e aprendizagem devem ser centrados no aluno, participativos e inclusivos.

- Os métodos de ensino devem ser adequados à idade, ao nível de desenvolvimento, à língua, à cultura, às capacidades e às necessidades dos alunos, incluindo deslocados internos, refugiados ou crianças e jovens de outras nacionalidades.
- Os professores devem demonstrar a compreensão da dinâmica do conflito, a consciência dos seus preconceitos e adaptarem a sua instrução de acordo com esses fatores.
- Os professores devem ser exemplos de não-violência e não uso de punição corporal.
- Os pais e os líderes da comunidade devem compreender e aceitar o conteúdo de aprendizagem e os métodos de ensino utilizados, não o considerando um desafio para o seu grupo.
- Os/as professores/as devem empregar métodos de instrução que são participativos, inclusivos, promovendo o pensamento crítico, a resolução pacífica de conflitos e o respeito por opiniões diferentes.
- Nota: podem ser acrescentadas outras estratégias desde que adequadas ao contexto local.

#### **REQUISITO 4: AVALIAÇÃO**

Devem ser usados métodos apropriados para avaliar e validar a aprendizagem.

- Os métodos de diagnóstico e avaliação devem ser considerados justos, fiáveis e não ameaçadores para todos os alunos.
- A concretização de resultados dos alunos deve ser reconhecida e os créditos ou documentos de conclusão do curso devem ser atribuídos em conformidade, sem barreiras discriminatórias de qualquer grupo.
- As avaliações de aprendizagem devem testar continuamente a relevância da educação, por exemplo, a relevância dos programas técnicos e profissionais em relação à evolução do mercado.
- A compreensão dos alunos sobre cidadania responsável, reconciliação, dinâmica e transformação de conflitos, questões de identidade e alternativas não violentas – adquiridas em sala de aula – devem ser avaliadas adequadamente. Isso deve incluir, sempre que possível, o recurso a metodologias de autoavaliação que incentivam os alunos a avaliar as suas próprias mudanças, perceções, valores, comportamento e competências.
- Os currículos e exames formais utilizados na educação de refugiados e deslocados internos devem ser reconhecidos pelos governos de origem e de acolhimento.
- Nota: podem ser acrescentadas outras estratégias desde que adequadas ao contexto local.

### **DOMÍNIO 4 DOS REQUISITOS MÍNIMOS DA INEE:: PROFESSORES E OUTROS TÉCNICOS DE EDUCAÇÃO**

#### **REQUISITO 1: RECRUTAMENTO E SELEÇÃO**

Deve ser recrutado um número suficiente de professores/as qualificados/as e de outros profissionais educativos através de um processo transparente e participativo, baseado em requisitos de seleção que reflitam diversidade e equidade.

- Antes do processo de recrutamento devem ser concebidas descrições claras de funções apropriadas e não discriminatórias, assim como as respetivas orientações para o processo de seleção.
- A seleção de professores e outros técnicos de educação deve ser feita por um comité, com base em critérios transparentes e uma avaliação de competências, tendo em consideração a aceitação da comunidade, equilíbrio de género e diversidade.
- A colocação e mobilidade de professores deve evitar o preconceito relativamente a determinados grupos (étnico, casta, classe, idioma ou género) através de atividades como formação em serviço, recrutamento local e reconhecimento de certificação para retornados ou programas de mentoria de professores.
- Os atores educativos devem apoiar o Ministério da Educação no desenvolvimento, de sistemas equitativos, a longo prazo, de recursos humanos e de pagamentos de salários.
- Os sindicatos de professores e associações profissionais de diversos grupos devem ser incluídos no desenvolvimento de processos de recrutamento e seleção.
- As políticas de formação de professores devem ser justas e transparentes, respeitando as necessidades e preferências dos professores, baseadas em incentivos positivos e não em sanções negativas. Por exemplo: casais de professores não devem ser enviados para diferentes locais; os professores devem ser incentivados a deslocar-se voluntariamente para áreas de necessidade, em vez de serem forçados a irem.
- Nota: podem ser acrescentadas outras estratégias desde que adequadas ao contexto local.

---

## REQUISITO 2: CONDIÇÕES DE TRABALHO

Os professores e restantes técnicos de educação envolvidos devem ter condições de trabalho claramente definidas, seguir um código de conduta e serem adequadamente recompensados.

### Termos e Condições

- As condições de trabalho e a remuneração, justa, devem ser descritas nos contratos e disponibilizadas de forma consistente.
- Os professores refugiados não-nacionais devem ter, pelo menos, o mesmo nível de oportunidades de trabalho e de proteção, bem como os termos e condições de trabalho que os professores nacionais.
- Os professores e outros técnicos de educação podem organizar-se para negociar termos e condições, independentemente das características do grupo.
- Os sistemas de remuneração e as condições de trabalho devem ser coordenados entre os atores educativos para evitar queixas de diferentes grupos. Sempre que possível, a escala de pagamento deve ser semelhante aos salários dos trabalhadores de setores comparáveis (para a população em geral e para os deslocados internos).
- Devem ser estabelecidos mecanismos de incentivo complementares (alojamento, pagamento de bônus, flexibilidade no término do contrato, sistemas de quotas) para dar resposta a situações de dificuldade sentida pelos professores.

### Forma de pagamento

- O pagamento deve ser equitativo, sustentável, regular e não discriminatório entre regiões ou grupos diferentes.

### Outros

- O apoio antecipado ao governo para o pagamento dos salários dos professores deve ser priorizado e devem ser tomadas medidas para transformar o apoio da comunidade num serviço assegurado pelo Estado.
- Nota: podem ser acrescentadas outras estratégias desde que adequadas ao contexto local.

---

## REQUISITO 3: APOIO E SUPERVISÃO

Os mecanismos de apoio e de supervisão para professores e restantes técnicos devem funcionar efetivamente.

### Apoio

- Os/as professores/as e outros técnicos da educação devem ser envolvidos em iniciativas de desenvolvimento profissional que contribuam para a sua motivação, assim como para o desenvolvimento de competências em metodologias e práticas sensíveis às questões de conflito.
- Deve ser disponibilizado apoio psicossocial apropriado, acessível e prático a estudantes, professores e outros técnicos de educação, em todas as regiões e sem discriminação.

### Supervisão

- Um mecanismo de supervisão transparente, responsável e imparcial deve prever a avaliação, acompanhamento e apoio regulares de todos os/as professores/as e outros técnicos de educação, independentemente da região ou das características do grupo.
- As avaliações de desempenho para professores e outros técnicos de educação devem ser conduzidas, documentadas e discutidas regularmente, sendo as suas etapas transparentes de forma a evitar tendências e preconceitos.
- Os membros da comunidade escolar devem ter a oportunidade, de modo frequente e regular, de dar feedback sobre o desempenho dos professores e outros técnicos de educação, especificamente no que diz respeito às suas práticas de sensibilidade às questões de conflito.
- As descrições de funções e os códigos de conduta do professor devem ser acordados entre o professor, o empregador e a comunidade. A comissão de educação deve utilizar esta estrutura para supervisionar o desempenho do professor de forma objetiva.

## DOMÍNIO 5 DOS REQUISITOS MÍNIMOS DA INEE:: POLÍTICA EDUCATIVA

### REQUISITO 1: FORMULAÇÃO DE LEIS E POLÍTICAS

As autoridades educativas devem dar prioridade à continuidade e recuperação de uma educação de qualidade, incluindo o acesso livre e inclusivo à escola.

#### Como?

- As leis, regulamentações e políticas de educação nacional devem defender o estatuto de proteção, de acordo com a legislação humanitária internacional e de direitos humanos que salvaguardam instituições educativas, alunos, professores e outros técnicos de educação.
- As leis, regulamentações e políticas nacionais de educação devem respeitar, proteger e assegurar o direito à educação e garantir a continuidade de uma educação de qualidade em condições de segurança e sem discriminação de nenhum grupo.
- As leis, os regulamentos e as políticas devem basear-se na análise do contexto e dos fatores que despoletam o conflito e a fragilidade, conduzida através de processos participativos e inclusivos.
- As políticas nacionais de educação devem ser apoiadas por planos de ação, leis e orçamentos que permitam uma resposta de educação sensível às questões de conflito, sem discriminação de nenhum grupo.
- As leis, regulamentos e políticas devem permitir que atores não estatais, como ONG e agências da ONU, providenciem educação em contextos frágeis e afetados por conflitos.
- As políticas e estratégias do setor educativo nacional devem assegurar a coordenação a nível setorial (incluindo os atores de construção da paz), tendo em conta as necessidades das diferentes regiões e grupos populacionais.
- Os decisores e formuladores de políticas nacionais e os seus parceiros devem priorizar as estratégias de educação para alcançar áreas marginalizadas e com desempenho inferior no setor de educação
- A política nacional de educação deve estar ligada a planos nacionais mais amplos, tais como de reconciliação social/construção da paz. As metas e objetivos de educação devem estar incluídos nos planos mais abrangentes de desenvolvimento/construção da paz.

#### O quê? (Adaptado de Sigsgaard, 2012: 20-21).

- A vontade e a capacidade políticas devem ser mobilizadas para tornar a educação sensível às questões de conflitos e abordar os fatores de conflito que possam ter surgido da análise de conflitos.
- Deve ser promovido o acesso equitativo a todos os níveis de educação.
- O currículo, o ensino e a língua de instrução devem ser sensíveis às questões de conflito.
- A prevenção de conflitos em situação de emergência, incluindo a proteção da educação contra-ataques deve ser contemplada.
- Outras questões-chave identificadas no processo de análise de conflitos nacionais devem ser abordadas.
- As políticas do setor da educação nacional devem assegurar estratégias de médio/longo prazo (para evitar queixas devido a lacunas no serviço), por exemplo, recursos humanos, folha de pagamento, gestão financeira e supervisão de professores.
- Nota: podem ser acrescentadas outras estratégias desde que adequadas ao contexto local.

---

## **REQUISITO 2: PLANIFICAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO**

As atividades educativas devem ter em conta políticas, leis, normas, requisitos e planos nacionais e internacionais, bem como as necessidades de aprendizagem das populações afetadas.

- A implementação da política de educação formal e não formal deve refletir os quadros jurídicos e as políticas nacionais e internacionais em matéria de educação para todos, sem discriminação de nenhum grupo.
  - A análise, planeamento e implementação de atividades educativas devem refletir a análise de conflitos e devem ser integrados com outros planos, por exemplo, construção da paz e redução da pobreza, para assegurar uma melhor cobertura das áreas ou grupos negligenciados.
  - Os planos nacionais e locais de educação devem responder à dinâmica do conflito, contemplando o curto, médio e longo prazo.
  - Os recursos financeiros, técnicos, materiais e humanos devem ser suficientes para a implementação eficaz e transparente de programas de educação sensíveis aos conflitos para todos, independentemente da região ou do grupo.
  - O planeamento e a implementação devem ser informados por dados desagregados sobre alocação de financiamento, inscrições e mobilidade de professores.
  - A capacidade do setor da educação para coordenar, regular e monitorizar a oferta não-governamental deve ser reforçada, para assegurar uma cobertura equitativa entre as regiões.
  - Os mecanismos de supervisão e execução devem garantir que as leis, regulamentos e políticas nacionais de educação sejam implementados de forma equitativa entre as regiões.
  - Nota: podem ser acrescentadas outras estratégias desde que adequadas ao contexto local.
-

## ANEXO 2:

### ATIVIDADES E FERRAMENTAS DE ANÁLISE DE CONFLITOS

#### 1. Perfil de Conflito

Esta atividade corresponde a uma «fotografia» de um determinado contexto nacional ou regional, incluindo fatores políticos, económicos e socioculturais que responda às seguintes questões:

- Qual é o contexto político, económico e sociocultural da educação?
- Quais são os problemas emergentes nas áreas da educação, da política, da economia, da ecologia e na área social?
- Quais são, no contexto, as áreas geográficas afetadas pelo conflito?

#### 2. Análise das Causas

Esta atividade procura identificar e classificar as causas, existentes e potenciais, de tensão ou conflito e as respetivas ligações. Isso inclui causas estruturais/de raiz, causas imediatas e que desencadeiam o conflito. A «Árvore de Problemas» pode ser usada para este exercício e as seguintes questões devem ser respondidas:

- Quais são as principais fontes de tensão e as causas estruturais subjacentes (por exemplo, desigualdade económica, desigualdades na educação, má governação, violações dos direitos humanos)?
- Quais são as principais causas de raiz (estruturais) do conflito? Essas causas são fatores que se perpetuam e começam a ser incorporados nas políticas, estruturas e tecido da sociedade.
- Quais as questões que podem ser consideradas causas imediatas de conflito? As causas imediatas são fatores que contribuem para um clima propício ao conflito violento ou à sua escalada, sendo por vezes sintomática de um problema mais profundo.
- Que fatores podem contribuir para desencadear o surto/escalada do conflito? Esses fatores são atos-chave simples, eventos ou a sua antecipação irá desencadear ou intensificar conflitos violentos?
- Que novos fatores (especialmente na educação) contribuem para prolongar a dinâmica de conflito?
- Que fatores (especialmente na educação) podem contribuir para a promoção da paz?

#### 3. Análise das Partes Interessadas

Esta atividade permite identificar os principais atores locais, nacionais, regionais e internacionais que influenciam ou são influenciados pelo conflito e analisar as suas perspetivas (isto é, interesses, necessidades, posições, recursos) e as suas relações (entre si e com outras entidades). Permite ainda determinar como se pode dar o envolvimento com essas partes interessadas e identificar possíveis oportunidades de agir.

- Quais são os principais atores (no setor de educação e outros)?
- Quais são os seus principais interesses, metas, posições?
- Quais são as suas capacidades e recursos?
- Quais são as relações entre todos os atores, e como eles estão conectados? O que são conflitos de interesse?

- Que capacidades institucionais (especialmente relacionadas com a educação) para a paz podem ser identificadas?
- Que atores podem procurar obstruir/dificultar a resolução de conflitos?

#### **4. Análise da Dinâmica de Conflitos**

Esta atividade permite analisar a interação entre diferentes causas, com múltiplas partes interessadas e ajuda a identificar janelas de oportunidade para uma resposta educativa adequada ao nível de programas.

- Quais as consequências que os fatores despoletadores de conflitos podem ter sobre as causas e as principais partes interessadas do conflito e sobre o programa ou a política educativa?
- Quais são os principais mecanismos que conduzem o conflito? Como é que a educação se relaciona com estes?
- Quais são as tendências do conflito e como se relacionam com os programas ou políticas educativas?
- Quais são os potenciais pontos de entrada para programas ou políticas educativas?
- Que cenários educativos podem ser desenvolvidos a partir da análise do perfil, causas e atores do conflito?

#### **Guias de apoio à Análise de Conflitos (em inglês):**

*Consulte também a lista de referências bibliográficas:*

- A Measure of Peace: Peace And Conflict Impact Assessment (PCIA) de Development Projects In Conflict Zones, págs 25-31, Bush, K.
- How to Guide to Conflict Sensitivity, págs 4-6, Conflict Sensitivity Consortium
- Conflict-sensitive Approaches to Development, Humanitarian Assistance and Peacebuilding: A Resource Pack, capítulo 2, AFPO et al.
- Conducting a Conflict Assessment: A Framework for Strategy and Program Development, págs 38-41, USAID
- Conducting Conflict Assessments: Guidance Notes, DFID
- Peace and Conflict Impact Assessment Handbook, Rede CPR
- Conflict Analysis and Prioritization Tool, UN Staff College

## ANEXO 3: ESTUDOS DE CASO

### ESTUDO DE CASO: O PROCESSO DE ANÁLISE NA SERRA LEOA

#### Relatado por:

Carolin Wäldchen, Especialista em Educação, Emergências e Construção de Paz (*peacebuilding*), UNICEF

#### Antecedentes e Contexto

A guerra na Serra Leoa terminou oficialmente em janeiro de 2002. Todavia, persistem os fatores de conflito, tais como: a exclusão política, econômica, social e educativa dos jovens; as desigualdades na prestação de serviços de educação e saúde; os sistemas patrimoniais e corruptos de governo; e a exploração dos recursos naturais e negligência das comunidades rurais. É amplamente reconhecido que a natureza altamente inequitativa, exclusiva e elitista do sistema educativo dos anos 80 e 90 foi um fator chave na criação de um desequilíbrio de poder dentro da sociedade da Serra Leoa que sustentou o conflito. O colapso do sistema educativo antes do início do conflito resultou no encerramento de escolas, na ausência e falta de pagamento aos professores e greves generalizadas. Outro dos resultados foi a fácil manipulação da população de jovens insatisfeitos e descontentes de forma a se juntarem a grupos armados.

Foi neste contexto que, em 2012, a UNICEF iniciou um novo programa para «Construção da Paz (*peacebuilding*), Educação e Defesa em Contextos Afetados por Conflitos», financiado pelo Governo dos Países Baixos.

#### Operacionalização

Para conceber um programa na Serra Leoa que entenda e responda às causas e dinâmicas do conflito e da paz e a interação do contexto com as possíveis estratégias de educação, o primeiro passo do programa de Construção da Paz, Educação e Advocacia foi uma análise compreensiva e participativa. A análise foi conduzida de acordo com o requisito 1 dos Requisitos Mínimos da INEE: Análise - no sentido de realizar avaliações oportunas, holísticas, transparentes e participativas - e incluiu os seguintes seis passos:

1. Em sintonia com os dois documentos-chave da UNICEF: “*Conflict Sensitivity and Peacebuilding in UNICEF - Technical Note*” e a “*Conflict Analysis Preparation for Country Offices - Guidelines*”, os facilitadores da análise na Serra Leoa começaram por realizar um **mapeamento inicial** de toda a documentação disponível e relevante, com o objetivo de evitar duplicações e de assegurar que esta análise fosse construída sobre conhecimento e processos já existentes.
2. A **revisão documental** envolveu as seguintes categorias de literatura: políticas, planos, estratégias e quadros das Nações Unidas, interinstitucionais, multilaterais e bilaterais; políticas governamentais relevantes e planos setoriais, relatórios de agências internacionais de ajuda que operam em órgãos nacionais e internacionais de monitorização; observações e estudos acadêmicos, testemunhos nacionais nos relatórios da Comissão de Verdade e Reconciliação, e representações pictóricas produzidas por crianças, jovens e membros da comunidade.

3. Com base na revisão documental, a representação nacional da UNICEF, com o apoio técnico da sede, **desenhou o processo de análise**, incluindo o âmbito geográfico, as principais partes interessadas e as metodologias de auscultação. O âmbito geográfico incluiu três *workshops* de nível distrital, realizados em Freetown, Kono e Pujehun, e dois *workshops* regionais em Port Loko para o Norte, e Bo para o Sul e Leste. Outros momentos de consultas incluíram crianças e adolescentes em todos os distritos do país e uma auscultação com especialistas em questões de paz das três universidades, uma reunião de alto nível com altos funcionários do Governo e uma discussão com os doadores dos países e com a Equipa de País da ONU. A metodologia de consulta compreendeu vários níveis de análise, incluindo de dinâmicas sociopolíticas e económicas mais amplas e o papel da educação nessa análise específica, bem como do setor de educação. Esta abordagem permitiu a análise: num contexto mais amplo, situar a educação em processos e estruturas relevantes para a construção da paz e identificar os pontos de entrada para uma maior inclusão; e, dentro do setor da educação, informar as abordagens sensíveis às questões de conflito e as iniciativas de consolidação/construção de paz.
4. **Os participantes da análise de situação foram selecionados** de forma a garantir a representatividade das partes envolvidas, incluindo: atores nacionais e internacionais, especialistas em educação e especialistas não-educativas do governo, pessoal de segurança, organizações não-governamentais, sociedade civil, representantes e líderes da comunidade, crianças e adolescentes.
5. A representação nacional da UNICEF no país, com o apoio técnico da sede, realizou **workshops participativos e auscultações** em conjunto com duas organizações não-governamentais internacionais (*Action Aid e World Vision*), que apoiaram as reuniões de grupo de crianças e adolescentes. As atividades procuraram validar as múltiplas causas de conflito identificadas na literatura existente e, em seguida, estudar o papel da educação para a paz, mas também para o conflito. As oficinas e reuniões de grupo com crianças tiveram enfoque no presente e no futuro da Serra Leoa. Nos diferentes momentos de consulta, o processo de construção de consenso entre as diversas partes interessadas foi tão importante quanto os resultados da consulta. Assim, a elaboração cuidadosa do processo em si, é a componente chave para uma preparação adequada.
6. **Apresentação e uso estratégico dos resultados:** Os resultados foram consolidados num Relatório de Análise para a Paz e Educação e apresentados a vários públicos. Em estreita consulta com as partes interessadas, a análise foi então utilizada como base para desenvolver o Programa de Construção da Paz, Educação e Advocacia na Serra Leoa, garantindo que as atividades do programa respondem aos principais fatores de conflito.

## Desafios e Soluções

Durante o processo de implementação da análise da situação para a Paz e a Educação na Serra Leoa surgiram vários desafios, alguns dos quais são mencionados abaixo:

- Devido às **restrições de tempo e às pressões** e para que o novo programa se concretize, algumas das etapas solicitadas na "*Conflict Analysis Preparation for Country Offices - Guidelines*" foram ignoradas ou encurtadas. Idealmente, todas as etapas devem ser seguidas sistematicamente para assegurar um processo de análise robusto.

- A guerra na Serra Leoa terminou há dez anos, o que fez com que o **vocabulário** «conflito» e «construção da paz (*peacebuilding*)» pareça inadequado para o contexto atual. Para mitigar o desafio e em conformidade às sensibilidades particularmente altas durante o ano eleitoral, tais termos e os seus significados foram explicados e contextualizados pelas partes interessadas consultadas, enquanto a análise geral foi reformulada como uma análise do papel da educação na consolidação da paz.
- Um outro desafio foi a **participação limitada** de outras agências da ONU e de representantes de doadores. O objetivo dos workshops foi reunir um amplo grupo de atores nacionais e internacionais envolvidos tanto na educação como na construção da paz. Embora outras agências das Nações Unidas e representantes de doadores tenham sido convidados para os workshops, a sua participação foi limitada. Tal resultou num discurso mais restrito devido à falta de perspetivas mais amplas e multisetoriais. A solução para esse desafio foi recolher contribuições por meio de *feedback* escrito para o Relatório de Análise e organizar um *debriefing* para a equipa da representação nacional da UNICEF e respetivos doadores.

### Lições aprendidas

- As contribuições foram ricas e diversificadas aquando da realização das oficinas e das consultas adicionais. No entanto, em geral, limitaram-se à identificação de atividades educativas, em vez de se concentrarem em intervenções estratégicas ligadas aos fatores de conflito. Para incentivar o pensamento estratégico, a auscultação deve incluir um mapa conceitual para visualizar as ligações e enfatizar a relevância da educação para outros setores e esferas mais amplas (social, económica, política). Mais importante ainda, essa limitação enfatizou a importância de um planeamento adequado para o processo de análise, a fim de garantir uma ampla participação de múltiplos atores a todos os níveis, incluindo, entre outros, parceiros da ONU, bilaterais e multilaterais, envolvidos na construção da paz.
- Superar uma cultura de segmentação e divisão setorial foi um desafio e a colaboração e coordenação entre os profissionais do setor de educação e a comunidade de construção da paz foi muito insatisfatória. Embora isto possa ter sido resultado da limitação de tempo, também pode ter refletido uma falta de compromisso e apreciação do papel da educação nos processos de construção da paz na Serra Leoa. No futuro, mais esforços serão feitos para se envolverem as partes interessadas relevantes desde o início do processo e para enquadrar um processo que seja relevante, tanto para os educadores, como para os profissionais de iniciativas de construção de paz. É importante unir as considerações específicas de análise e educação a futuras análises, estruturas e estratégias mais amplas para a construção da paz. A liderança sénior e os esforços de advocacia de alto nível para a participação significativa de altos funcionários do governo e da ONU no processo podem ser muito influentes a este nível.
- Garantir uma representação adequada de crianças e jovens, captando as suas perspetivas críticas em *workshops* com diversas partes interessadas foi um desafio inicial. Para envolver as crianças e os jovens na análise de forma significativa e evitar discursos infundamentados, é crucial identificar amostras e metodologias apropriadas. Neste caso, a parceria com uma ONG com experiência nesta área foi a solução, como evidenciado pelo processo da Serra Leoa.

## ESTUDO DE CASO:

### APLICAÇÃO DOS REQUISITOS MÍNIMOS DA INEE PARA PROVIDENCIAR EDUCAÇÃO SENSÍVEL ÀS QUESTÕES DE CONFLITO NO SUDÃO DO SUL

#### Relatado por:

Marta Ricci, Responsável de Educação, INTERSOS

## Antecedentes e Contexto

Desde agosto de 2011, o estado do Nilo Azul no Sudão tem sofrido perturbações em consequência da luta entre a Frente Revolucionária Sudanesa e as Forças Armadas Sudanesas. A violência em curso está a causar um fluxo macivo de refugiados do Nilo Azul para o condado de Maban, no Alto Estado do Nilo, contribuindo para uma escalada na situação humanitária, já crítica na relativamente recente República do Sudão do Sul. As crianças em idade escolar representam cerca de 47% da população refugiada e a maioria das crianças perdeu um ano de escolaridade e os respetivos exames, devido à situação de insegurança nos seus locais de origem. Um problema adicional é a questão da língua de instrução, porque muitos estudantes refugiados seguem o currículo árabe sudanês e passaram para o currículo em inglês do Sudão do Sul.

As equipas de educação e proteção infantil da INTERSOS trabalham em estreita cooperação para desenvolver estratégias comunitárias eficazes para levar as crianças de volta à escola e garantir o seu bem-estar psicofísico. O Programa de Resposta INTERSOS nos Campos de Refugiados de Jamam e Gendrasa abrange espaços para crianças, desenvolvimento da primeira infância, educação primária, educação de adultos (educação não-formal para mulheres e homens) e um mecanismo de referência de proteção infantil.

## Operacionalização

O programa INTERSOS inclui diversas atividades, as mais relevantes para Educação Sensível às questões de Conflito e os Requisitos Mínimos da INEE estão listados abaixo:

- De acordo com Requisitos Mínimos da INEE, todos os espaços de aprendizagem devem promover a proteção e o bem-estar dos alunos e dos professores e reduzir o impacto negativo do conflito na comunidade de aprendizagem, a INTERSOS formou professores e voluntários sobre as temáticas de apoio psicossocial, inclusão de crianças com deficiência, violência de género e proteção contra abusos. Neste caso, assegurar serviços educativos que atendam às necessidades psicossociais das pessoas afetadas pela violência é um exemplo de Educação Sensível às questões de Conflito.
- De acordo com os Requisitos Mínimos da INEE, todos devem ter acesso a uma educação de qualidade, com o intuito de reduzir a tensão entre as comunidades de acolhimento e de refugiados e fomentar a sua integração. Assim, a INTERSOS visa abranger, tanto as crianças da comunidade de acolhimento, como as crianças refugiadas. Segmentar as comunidades de acolhimento e as deslocadas com acesso equitativo à educação é uma ação-chave da Educação Sensível às questões de Conflito.

- De acordo com os Requisitos Mínimos da INEE relativos à ligação dos estabelecimentos de ensino a outros serviços sociais e ao esforço para fazer face às múltiplas privações das crianças afetadas pelo conflito, foi estabelecido um mecanismo de referência com a equipa de Proteção Infantil da INTERSOS e outras ONG que fornecem saúde/nutrição (*Médicos Sem Fronteiras e International Medical Corps*) e apoio psicossocial (*American Refugee Committee*). Além disso, a equipa de Proteção Infantil da INTERSOS encaminha para o Programa de Educação crianças vulneráveis fora da escola, identificadas nos acampamentos. Vincular a educação à prestação equitativa de serviços sociais para todos é uma forma de proporcionar Educação Sensível às questões de Conflito.
- De acordo com os Requisitos Mínimos da INEE sobre a participação comunitária, as comunidades beneficiadas e o Ministério da Educação estão fortemente envolvidos no processo de monitorização diária do programa, como garantir que os espaços de aprendizagem temporários sejam seguros. É essencial coordenar a comunidade local e o Ministério da Educação para incentivar a cooperação e a capacitação no que concerne a Educação Sensível às questões de Conflito.
- De acordo com os Requisitos Mínimos da INEE relativos à formação e apoio aos professores, a INTERSOS presta formação diária no local de trabalho para reforçar a capacidade de professores e de voluntários. De acordo com as orientações de Educação Sensível às questões de Conflito, é dada especial atenção aos direitos da criança, à integração, aos códigos de conduta do professor, ao apoio emocional e à igualdade de género.

## Desafios e Soluções

- Um número significativo de crianças na área de atuação do programa nunca tinha frequentado a escola antes (especialmente meninas) por causa do trabalho doméstico. A INTERSOS respondeu a este desafio utilizando os recursos da INEE para sensibilizar para a educação como um direito humano básico.
- Um dos principais desafios foi a falta de pessoas falantes de inglês nos acampamentos e a falta de professores qualificados fora dos campos. A INTERSOS respondeu a este desafio proporcionando formação de professores constante, relevante e estruturada.
- Outro desafio significativo enfrentado está relacionado à determinação dos incentivos para professores e voluntários. Para evitar contribuir para as tensões intergrupais entre os refugiados e as comunidades de acolhimento, a INTERSOS acordou o montante com os parceiros de educação no terreno, tendo em conta as normas salariais do Ministério da Educação. Estes também participaram de uma reunião mensal de coordenação com os doadores e outras ONG que trabalham no campo. Além disso, professores dos quadros do governo e professores voluntários da comunidade de acolhimento foram incluídos em todos os programas de formação para trocar práticas, harmonizar conhecimento e reduzir o risco de conflito.

## Resultados

- Mais de 6000 crianças estão atualmente a frequentar o programa de desenvolvimento da primeira infância, escolas primárias e serviços de espaços amigos da criança fornecidos pela INTERSOS.
- Foram entregues materiais escolares e recreativos para todas as crianças que participam nas atividades.
- Mais de metade dos professores e voluntários que trabalham nos espaços de aprendizagem temporária foram devidamente formados.
- Todas as ações desenvolvidas asseguraram um ambiente seguro e protegido para as pessoas envolvidas no projeto.
- A constante coordenação e cooperação com todas as partes interessadas no campo, especialmente com as instituições de pontos focais dentro da comunidade, contribuíram para um impacto positivo no percurso escolar e ajudaram a restabelecer as estruturas educativas após a deslocação forçada.



*Um grupo de crianças vítimas de deslocação forçada, por conta da violência entre grupos étnicos, participam numa aula de inglês. A aula de inglês decorre num espaço amigo da criança, apoiado pela UNICEF, na cidade de Pibor, no condado com o mesmo nome, Estado de Jonglei, Sudão do Sul.*

© UNICEF/NYHQ2012-0151/Brian Sokol

## ESTUDO DE CASO:

### EDUCAÇÃO PARA A PAZ, CENTRADA NO ALUNO, PARA JOVENS AFETADOS POR CONFLITOS NA COLÔMBIA

#### Relatado por:

Oscar Rodríguez, Gestor do Programa de Educação, Conselho Norueguês para os Refugiados

#### Antecedentes e Contexto

Com uma população estimada de 45 milhões de pessoas, a Colômbia tem sido afetada por um conflito armado de quatro décadas e violência generalizada que envolve forças armadas estaduais, organizações de guerrilha de esquerda e grupos paramilitares numa disputa sobre territórios e controle do tráfico de drogas. Este confronto coloca a população civil em risco de deslocamentos forçados, recrutamento forçado de crianças, desaparecimento, homicídios, prática generalizada e sistemática de violência sexual, presença de minas terrestres e isolamento. De acordo com o governo, atualmente cerca de 10% da população foi forçada a deslocar-se, afetando mais de 4 milhões de pessoas.

As crianças e jovens colombianos são particularmente afetados por deslocamentos internos e barreiras relacionadas ao acesso à educação. Sessenta e quatro por cento dos deslocados internos na Colômbia têm menos de 24 anos e a taxa líquida de matrícula final na escola é de 11%. Muitas das barreiras para o acesso das pessoas deslocadas ao ensino secundário estão relacionadas com a falta de adaptação do ensino regular às necessidades únicas dos jovens deslocados. Por exemplo, os jovens deslocados internos muitas vezes precisam de contribuir para a renda das suas casas e, portanto, procuram formação vocacional para aumentar as suas oportunidades de encontrar um emprego decente. As escolas tradicionais não oferecem tal formação nos currículos, e os horários escolares não permitem que os alunos mantenham um emprego e frequentem a escola. Os jovens deslocados internos também são afetados pela prática cultural colombiana de resolução violenta de conflitos e muitos não têm as competências para resolver conflitos na sua vida diária e para se tornarem construtores de paz nas suas comunidades.

Em 2006, o Conselho Norueguês para os Refugiados (NRC, sigla em inglês), como ONG local *Observatorio para la Paz*, desenvolveu uma abordagem única para o ensino e aprendizagem, voltando a trazer os jovens de volta ao sistema educativo e abordando os hábitos de resolução violenta de conflitos. Este trabalho continua hoje como o Programa de Ensino Secundário para a Paz (*Bachillerato Pacicultor em espanhol*), agora apoiado pelo Ministério da Educação, NRC, o Observatorio para la Paz e Universidades Públicas. Atualmente, o Programa de Ensino Secundário para a Paz oferece um currículo e processo de instrução adaptado às necessidades dos jovens afetados pelo conflito entre 15 e 25 anos.

#### Operacionalização

De acordo com os Requisitos Mínimos da INEE no domínio de ensino e aprendizagem, o NRC e o seu parceiro Observatorio para la Paz adaptaram os currículos e materiais didáticos para atender às necessidades exclusivas dos jovens afetados pelos conflitos armados. O NRC e respetivos parceiros desenvolveram as seguintes ações de Educação Sensível às questões de Conflito:

- Envolver a família e a comunidade no currículo do Programa de Ensino Secundário para a Paz, a fim de assegurar a aceitação e o apoio dessas partes interessadas, bem como promover a reintegração desses jovens que são comumente associados ao crime e aos problemas nas suas comunidades. Através de atividades de divulgação da comunidade, os alunos foram convidados a trazerem as suas famílias para participar em atividades educativas e foram incentivados a abordar as estruturas da organização comunitária para apresentar os seus interesses, necessidades e expectativas.
- Assegurar apoio psicossocial para jovens no Programa de Ensino Secundário para a Paz cujas redes sociais e familiares estivessem presos a circuitos de vulnerabilidade, através de visitas domiciliárias.
- Incorporar conteúdos de resolução de conflitos nas aulas. Por exemplo, os alunos selecionam uma questão problemática que afeta a sua comunidade. Através da discussão participativa, os alunos exploram o tema selecionado a partir de diferentes perspetivas. Os professores incentivam a participação de estudantes de grupos comumente marginalizados, como mulheres e indígenas e afro-colombianos. No final da aula, os participantes apresentam conjuntamente à comunidade uma forma alternativa e acordada de abordar a questão.

## Desafios e Soluções

- A formação de professores no Programa de Ensino Secundário para a Paz tem sido um grande desafio. Os professores sentem-se confortáveis com o currículo tradicional e resistem a mudar a prática pedagógica para atender aos interesses e necessidades dos alunos. A resistência também existe contra a integração de jovens associados ao crime e à violência. Para enfrentar esta situação, a NRC e o Observatório para la Paz uniram-se às universidades públicas locais para formar professores recém-licenciados que demonstraram interesse e competências para trabalhar com deslocados internos e jovens vulneráveis.
- Apesar do apoio recebido por parte do Ministério da Educação para o Programa de Ensino Secundário para a Paz, os jovens deslocados internos enfrentaram outra barreira educativa: Exames do Estado. O conteúdo dos exames não é adaptado ao contexto cultural e social das crianças e jovens deslocados, que vêm de contextos rurais e, muitas vezes, fazem parte de um grupo minoritário (29% da população total de deslocados na Colômbia são indígenas ou afro-colombianos). Como resultado, os jovens que completam o Programa consideram o Exame do Estado uma barreira para a continuidade dos seus estudos no ensino superior e muitas vezes ficam desanimados quando recebem os resultados dos exames.
- No município de Tumaco (Sudoeste da Colômbia) o conflito armado afetou seriamente a educação. Professores/as das escolas públicas foram submetidos a ameaças e extorsões, escolas foram bombardeadas e alunos foram vítimas de ataques. Os estudantes e professores do Programa de Ensino Secundário para a Paz não estão imunes a este contexto de dificuldades. Foi realizada uma análise de conflito para avaliar a situação e sua interação com a educação. Foram tomadas várias medidas, tais como:
  - Para assegurar a continuidade das atividades educativas, os pontos de encontro para as aulas (geralmente uma casa dos alunos ou uma instalação comunitária) são constantemente alterados. Os sumários de aprendizagem são selecionados de acordo com os resultados das sessões de análise de conflitos que envolvem a comunidade local e os/as alunos/as.

- O NRC fornece itens de visibilidade para professores/as e alunos/as (t-shirts e cartões de identificação).
- A situação é constantemente monitorizada através da discussão com os/as professores/as, a fim de avaliar regularmente o risco e tomar medidas de proteção quando necessário.

## Resultados

- 60% dos 1000 jovens graduados pelo Programa de Ensino Secundário para a Paz são deslocados internos (2008-2012). Todos esses jovens vivem em contextos urbanos em que o conflito armado e o crime são uma constante.
- O Ministério da Educação adotou o Programa de Ensino Secundário para a Paz como parte da oferta de educação formal para deslocados internos. Isso indica que o Ministério da Educação adotou os currículos, materiais de aprendizagem e práticas de formação de professores como parte de sua oferta de educação e atualmente apoia a implementação do Programa em diferentes regiões da Colômbia.



*Encontro entre estudantes formados pelo Programa de Ensino Secundário para a Paz do Conselho Norueguês para os Refugiados, em Santa Marta, Colômbia ©Conselho Norueguês para os Refugiados2012/Andrea Naletto*

## ANEXO 4: REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ORGANIZADAS POR TEMA

### **Análise de Conflito**

APFO, CECORE, CHA, Fewer, International Alert, and Saferworld. (2004). *Conflict-sensitive approaches to development, humanitarian assistance and peacebuilding: A Resource Pack*. Capítulo 2. Consultado em <http://www.saferworld.org.uk/resources/view-resource/148>, 20 de Outubro de 2012.

Bush, K. (1998). *A Measure of Peace: Peace And Conflict Impact Assessment (PCIA) - Development Projects In Conflict Zones Working Paper No. 1 of The Peacebuilding and Reconstruction Program Initiative & The Evaluation Unit*. Consultado em [http://www.conflictsensitivity.org/sites/default/files/Measure\\_of\\_Peace.pdf](http://www.conflictsensitivity.org/sites/default/files/Measure_of_Peace.pdf), 20 de Outubro de 2012.

Conflict Sensitivity Consortium. (2012). *How to Guide to Conflict Sensitivity*. (4, 42-44) Consultado em [www.conflictsensitivity.org/content/how-guide](http://www.conflictsensitivity.org/content/how-guide), 15 de Outubro de 2012.

CPR Network. (2005). *A Peace and Conflict Impact Assessment (PCIA) Handbook*, Versão 2.2. Consultado em [http://toolkit.ineesite.org/toolkit/INEEcms/uploads/1053/Peace\\_and\\_Conflict\\_Impact\\_Assessment.pdf](http://toolkit.ineesite.org/toolkit/INEEcms/uploads/1053/Peace_and_Conflict_Impact_Assessment.pdf), 15 de Novembro de 2012.

DFID. (2002). *Conducting conflict assessments: Guidance Notes*. Consultado em [http://www.swisspeace.ch/fileadmin/user\\_upload/Media/Topics/Peacebuilding\\_Analysis\\_Impact/Resources/Goodhand\\_Jonathan\\_Conducting\\_Conflict\\_Assessments.pdf](http://www.swisspeace.ch/fileadmin/user_upload/Media/Topics/Peacebuilding_Analysis_Impact/Resources/Goodhand_Jonathan_Conducting_Conflict_Assessments.pdf), 14 de Novembro de 2012.

UN System Staff College. (2011). *Conflict Analysis and Prioritization Tool*. Consultado em <http://www.unssc.org/home/themes/peace-and-security/e-learning-0>, 18 de Novembro de 2012.

USAID. (2005). *Conducting A Conflict Assessment – A Framework for Strategy and Program Development*. Consultado em <http://www.gsdrc.org/go/display/document/legacyid/1425>, 20 de Outubro de 2012.

### **Sensibilidade às questões de Conflito**

Anderson, M. (1999). *Do No Harm: How Aid can Support Peace - or War*. Colorado: Lynne Rienner Publishers.

APFO, CECORE, CHA, Fewer, International Alert, and Saferworld. (2004). *Conflict-sensitive approaches to development, humanitarian assistance and peacebuilding: A Resource Pack*. Consultado em <http://www.saferworld.org.uk/resources/view-resource/148>, 20 de Outubro de 2012.

Conflict Sensitivity Consortium. (2012). *How to Guide to Conflict Sensitivity*. Consultado em [www.conflictsensitivity.org/content/how-guide](http://www.conflictsensitivity.org/content/how-guide), 15 de Outubro de 2012.

Gaigals, C. and Leonhardt, M. (2000). *Conflict-sensitive Approaches to Development Practice: An International Alert-SaferWorld-IDRC Report*. Consultado em [http://www.conflictsensitivity.org/sites/default/files/Conflict-Sensitive\\_Approaches\\_to\\_Development.pdf](http://www.conflictsensitivity.org/sites/default/files/Conflict-Sensitive_Approaches_to_Development.pdf), 14 de Novembro de 2012.

Haider, H. (2009). *Community-based Approaches to Peacebuilding in Conflict-affected and Fragile Contexts: Issues Paper*. Birmingham: Departamento de Desenvolvimento Internacional, Universidade de Birmingham. Consultado em <http://www.gsdr.org/go/display&type=Document&id=3679>, 14 de Novembro de 2012.

OECD. (2010). *A New Deal for Engagement in Fragile States, International Dialogue*. Consultado em [http://www.oecd.org/document/22/0,3746,en\\_21571361\\_43407692\\_49151766\\_1\\_1\\_1\\_1,00.html](http://www.oecd.org/document/22/0,3746,en_21571361_43407692_49151766_1_1_1_1,00.html), 17 de Novembro de 2012.

UNICEF. (2012). *Conflict Sensitivity and Peacebuilding in UNICEF: Technical Note*.

Woodrow, P. and Chigas, D. (2009). *A Distinction with a Difference: Conflict Sensitivity and Peacebuilding: CDA Collaborative Works Project*. Consultado em <http://www.friente.de/publikationen-service/dokumente/library/a-distinction-with-a-difference-conflict-sensitivity-and-peacebuilding.html>, 21 de Outubro de 2012.

## **Educação Sensível às Questões de Conflito**

Sigsgaard, M. (2012). *Conflict-Sensitive Education Policy: A Preliminary Review*. Doha: Education Above All. Consultado em [http://protectingeducation.org/sites/default/files/documents/eaac\\_conflict\\_sensitive\\_education\\_policy.pdf](http://protectingeducation.org/sites/default/files/documents/eaac_conflict_sensitive_education_policy.pdf), 4 de Outubro de 2012.

UNESCO-IIEP. (2011). *Guidance Notes for Educational Planners: Integrating conflict and disaster risk reduction into sector planning*. Paris: International Institute for Educational Planning. Paris: International Institute for Educational Planning. Consultado em [http://www.iiep.unesco.org/fileadmin/user\\_upload/News\\_And\\_Events/pdf/2011/IIEP\\_Guidancesnotes\\_EiE\\_en.pdf](http://www.iiep.unesco.org/fileadmin/user_upload/News_And_Events/pdf/2011/IIEP_Guidancesnotes_EiE_en.pdf), 12 de Novembro de 2012.

## **Monitorização e Avaliação em contextos de fragilidade e afetados por conflitos**

DFID. (2010). *Working Effectively in Conflict-Affected and Fragile Situations: Briefing Paper 1: Monitoring and Evaluation*. Londres: Department for International Development. Consultado em <http://www.dfid.gov.uk/Documents/publications1/governance/building-peaceful-states-l.pdf>, 12 de Dezembro de 2012.

OECD. (2008). *Evaluating Conflict Prevention and Peacebuilding Activities Factsheet 2008*. Consultado em <http://www.oecd.org/dac/evaluationofdevelopmentprogrammes/dcdndep/39289596.pdf>, 20 de Outubro de 2012.

Swedish Agency for Development and Cooperation (SDC). (2006). *A Quick Guide to Conflict Sensitive Programme Management*. Consultado em <http://www.sdc.admin.ch/index.php?navID=92682&langID=1>, 14 de Novembro de 2012.

## Relação entre conflito e educação

Bush, K. and Saltarelli, D. (Eds.). (2000). *The Two Faces of Education in Ethnic Conflict: Towards a Peacebuilding Education for Children*. Florença: UNICEF Innocenti Research Center. Consultado em <http://www.unicef-irc.org/publications/pdf/insight4.pdf>, 20 de Outubro de 2012.

Dryden-Peterson, S. (2009). *Barriers to accessing primary education in conflict-affected fragile states: Literature Review*. Londres: International Save the Children Alliance. Consultado em <http://resourcecentre.savethechildren.se/content/library/documents/barriers-accessing-primary-education-conflict-affected-fragile-states-fina>, 12 de Dezembro de 2012.

Dryden-Peterson, S. (2011). Capítulo 6: “Refugee Children Aspiring Toward the Future: Linking Education and Livelihoods” in Mundy, K. and Peterson, S. (Eds.), *Educating Children in Conflict Zones: Research, Policy, and Practice for Systemic Change. A Tribute to Jackie Kirk* (pp. 85-99). Nova Iorque: Teachers College Press, Columbia University.

Eurotrends. (2009). *Study on Governance Challenges for Education in Fragile Situations: Study Synthesis Report*. Consultado em <http://capacity4dev.ec.europa.eu/governance/document/study-governance-challenges-education-fragile-situations-0>, 4 de Outubro de 2012.

INEE. (2009). *INEE Guidance Notes on Teacher Compensation in Fragile States, Situations of Displacement and Post-Crisis Recovery*. Consultado em [http://toolkit.ineesite.org/toolkit/INEEcms/uploads/1023/INEE\\_Guidance\\_Notes\\_Teacher\\_Compensation.pdf](http://toolkit.ineesite.org/toolkit/INEEcms/uploads/1023/INEE_Guidance_Notes_Teacher_Compensation.pdf), 22 de Outubro de 2012.

Mundy, K. and Peterson, S. (Eds.). (2011). *Educating Children in Conflict Zones: Research, Policy, and Practice for Systemic Change. A Tribute to Jackie Kirk*. Nova Iorque: Teachers College Press, Columbia University.

Novelli, M. (2011). Capítulo 4: “Are We All Soldiers Now? The Dangers of the Securitization of Education and Conflict” in Mundy, K. and Peterson, S. (Eds.), *Educating Children in Conflict Zones: Research, Policy, and Practice for Systemic Change. A Tribute to Jackie Kirk* (pp. 49-65). Nova Iorque: Teachers College Press, Columbia University.

Save the Children. (2010). *The Future is Now: Education For Children In Countries Affected By Conflict*. Londres: International Save the Children Alliance. Consultado em <http://www.savethechildren.org.uk/resources/online-library/the-future-is-now-education-for-children-in-countries-affected-by-conflict>, 12 de Dezembro de 2012.

UNESCO. (2011). *Education For All Global Monitoring Report 2011: The hidden crisis: Armed conflict and education*. Paris: UNESCO. Consultado em <http://www.unesco.org/new/en/education/themes/leading-the-international-agenda/efareport/reports/2011-conflict/>, 20 de Outubro de 2012.

World Bank, The. (2011). *World Bank Development Report 2011: Conflict, Security and Development*. Washington D.C.: The World Bank. Consultado em <http://go.worldbank.org/QLKJWJB8X0>, 14 de Novembro de 2012.

## **Estudos de Caso sobre a relação entre educação, conflito e construção de paz** (peacebuilding)

Craig, D. (2002). "A" is for Allah, "J" is for Jihad. *World Policy Journal* 19(1), 90-94.

INEE Working Group on Education and Fragility. (2011a). *Understanding education's role in fragility: Synthesis of four situational analyses of education and fragility: Afghanistan, Bosnia and Herzegovina, Cambodia, Liberia*. Paris: IIEP. Consultado em <http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001915/191504e.pdf>, 18 de Novembro de 2012.

INEE Working Group on Education and Fragility. (2011b). *Education and Fragility in Cambodia*. Paris: IIEP. Consultado em <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002110/211049e.pdf>, 23 de Novembro de 2012.

King, E. (2011). Capítulo 9: "The Multiple Relationships Between Education and Conflict: Reflections of Rwandan Teachers and Students" in Mundy, K. and Peterson, S. (Eds.), *Educating Children in Conflict Zones: Research, Policy, and Practice for Systemic Change. A Tribute to Jackie Kirk* (pp. 137-151). Nova Iorque: Teachers College Press, Columbia University.

Kirk, J. and Winthrop, R. (2007). *Promoting quality education in refugee contexts: Supporting teacher development in northern Ethiopia*. *International Review of Education*, 53, 715-723.

Koons, C. (2012). *Save the Children in South Sudan DANIDA Education in Emergencies VI Evaluation Report*. Relatório não publicado.

Koons, C. (2012). *South Sudan Minimum Standards for Education in Emergencies*. Nova Iorque: INEE. Consultado em <https://sites.google.com/site/southsudaneducationcluster/minimum-standards-for-education-in-emergencies>, 21 de Outubro de 2012.

Magill, C. (2010). *Education and fragility in Bosnia and Herzegovina*. Paris: IIEP-UNESCO. Consultado em [http://www.iiep.unesco.org/fileadmin/user\\_upload/Info\\_Services\\_Publications/pdf/2010/Bosnia-Herzegovina.pdf](http://www.iiep.unesco.org/fileadmin/user_upload/Info_Services_Publications/pdf/2010/Bosnia-Herzegovina.pdf), 20 de Outubro de 2012.

Magumba, F. and Skeie, S. (2012). *Opportunities for the Future: Basic vocational training for refugee youth in Dadaab*. Oslo: Conselho Norueguês para os Refugiados.

McCandless, E. (2012). *Peace Dividends and Beyond: Contributions to Administrative and Social Services to Peacebuilding*. United Nations Peacebuilding Support Office. Consultado em [http://www.un.org/en/peacebuilding/pbso/pdf/peace\\_dividends.pdf](http://www.un.org/en/peacebuilding/pbso/pdf/peace_dividends.pdf), 18 de Novembro de 2012.

Moberg, L. and Johnson-Demen, A. (2009). *Small Steps to Rebuild Communities with YEP: NRC Youth Education pack Project in Liberia: Post Graduates and Income Generating Activities*. Oslo: Conselho Norueguês para os Refugiados.

Save the Children. (2009). *Nepal Rewrite the Future Global Evaluation Midterm Report March 2009*. Consultado em <http://resourcecentre.savethechildren.se/content/library/documents/rewrite-future-global-evaluation-nepal-midterm-country-report>, 20 de Outubro de 2012.

Smith, M. (2010). Capítulo 14: “Schools as Zones of Peace: Nepal case study in access to education during armed conflict and civil unrest” in *Protecting Education from Attack, A state of the art review* (pp.261-278) Paris: UNESCO. Consultado em <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001867/186732e.pdf>, 14 de Novembro de 2012.

Spink, J. (2005). *Education and politics in Afghanistan: The importance of an education system in peacebuilding and reconstruction*. *Journal of Peace Education*, 2(2), 195-207.

UNICEF. (2011). *Children Affected by Armed Conflict Israel & the occupied Palestinian territory (oPt) July 2011*. Consultado em [http://www.unicef.org/oPt/protection\\_6446.html](http://www.unicef.org/oPt/protection_6446.html), 14 de Novembro de 2012.

Winthrop, R. and Kirk, J. (2008). *Learning for a Bright Future: Schooling, armed conflict and children's well-being*. *Comparative Education Review*, 52(4), 639-661.

### **Currículo sobre construção de paz (peacebuilding) e cidadania**

Education Above All. (2012). *Education for Global Citizenship. Doha: Education Above All*. Consultado em <http://www.slideshare.net/jbernard44/ea-education-for-global-citizenship>, 14 de Novembro de 2012.

INEE (2004-2008). *Peace Education Programme*. Disponível em: <http://toolkit.ineesite.org/toolkit/Toolkit.php?PostID=1117>.

### **Metodologias de auscultação com crianças e jovens**

Save the Children. (2003). *So You Want to Consult with Children*. Consultado em <http://resourcecentre.savethechildren.se/content/library/documents/so-you-want-consult-children-toolkit-good-practice>, 14 de Novembro de 2012.

Save the Children. (2008). *Child Friendly Spaces Manual*. Consultado em [http://resourcecentre.savethechildren.se/search/apachesolr\\_search/child%20friendly%20spaces%20manual](http://resourcecentre.savethechildren.se/search/apachesolr_search/child%20friendly%20spaces%20manual), 14 de Novembro de 2012.

UNICEF. (2007). *It's Time to Listen to Us (Facilitators Guide for Focus Groups). Youth Response to the Expert Group Meeting on the elimination of all forms of discrimination and violence against the girl child*. Consultado em [http://www.unicef.org/adolescence/files/Itstimetolistenus\\_EN\(1\).pdf](http://www.unicef.org/adolescence/files/Itstimetolistenus_EN(1).pdf), 14 de Novembro de 2012.

UNICEF. (2002). *Evaluation Technical Notes: Children Participating in Research, Monitoring and Evaluation: Your Responsibilities: Ethics and Your Responsibilities as a Manager*. Consultado em [http://www.unicef.org/evaluation/files/TechNote1\\_Ethics.pdf](http://www.unicef.org/evaluation/files/TechNote1_Ethics.pdf), 14 de Novembro de 2012.

## ANEXO 5: ÍNDICE REMISSIVO

### Acesso 11

- Afeganistão 25
- acesso igualitário 25–6
- Quênia 26
- quadro de referência 46
- perguntas de reflexão 28

### Acesso Igualitário 25–6

- Afeganistão 25
- Quênia 26
- quadro de referência 46
- perguntas de reflexão 28

### Afeganistão: acesso igualitário 25

Análise ver análise das causas; análise de conflito; análise da dinâmica de conflito; análise de contexto; análise das partes interessadas

### Ambiente de Aprendizagem 11

- Instalações e serviços 25, 27, 28, 47
- proteção e bem-estar 25, 26–7, 28, 47
- quadro de referência 47
- perguntas de reflexão 28

### Análise das causas 54

### Análise de conflito 16–18

- atividades e ferramentas 54–5
- definição 12, 16
- referências bibliográficas 65
- Sudão do Sul 19

### Análise de contexto 15–20

- diagnóstico 15–16, 24, 43
- análise das causas 54
- análise de conflito 12, 16–18, 19, 54–5, 65
- análise da dinâmica de conflito 55
- perfil do conflito 54
- avaliação 15, 19–20, 24, 44, 66
- monitorização 15, 19–20, 24, 44, 66
- quadro de referência 43–4
- perguntas de reflexão 24
- estratégias de resposta 15, 18, 24, 43
- Serra Leoa 56–8
- análise das partes interessadas 54–5

Análise da dinâmica de conflito 55

Análise das partes interessadas 54–5

Auscultação de crianças e jovens: referências bibliográficas 69

Avaliação 15, 19–20

quadro de referência 44

referências bibliográficas 66

perguntas de reflexão 24

**B**em-estar 25, 26–7

quadro de referência 47

perguntas de reflexão 28

Bósnia e Herzegovina: currículo 31

**C**onceitos-chave 12–13

Conflito e educação 8

referências bibliográficas 67

Contextos de fragilidade e afetados por conflitos: definição 12

*Cluster* de Educação 23

Coordenação 23

quadro de referência 46

perguntas de reflexão 24

Construção da Paz

currículo 69

Colômbia: educação para a paz 62–4

definição 13

educação e conflito 67

Ruanda: educação para a paz 32

Atores da ONU 23

Currículos 29–30

Bósnia e Herzegovina 31

construção de paz e cidadania 69

quadro de referência 48

referências bibliográficas 69

perguntas de reflexão 33

Currículo de Cidadania 69

**D**esenvolvimento Profissional 29, 30  
quadro de referência 49  
perguntas de reflexão 33

Diagnóstico  
análise de contexto 15–16, 24, 43  
dos resultados de aprendizagem 29, 32, 33, 50

Direito à Educação 7–8

**E**ducação Sensível às questões de Conflito  
definição 12, 13  
referências bibliográficas 66  
sensibilidade às questões de conflito 13  
referências bibliográficas 65–6

Educação, conflito e construção de paz  
Colômbia: educação para a paz 62–4  
referências bibliográficas 66–9

Ensino e Aprendizagem 11, 29–33  
diagnóstico 29, 32, 33, 50  
currículos 29–30, 31, 33, 48, 69  
instrução e processos de aprendizagem 29, 30–2, 33, 49  
quadro de referência 48–50  
perguntas de reflexão 33  
formação, desenvolvimento profissional e apoio aos professores 29, 30, 33, 49

Estratégias de resposta 15, 18  
quadro de referência 43  
perguntas de reflexão 24

Estudos de Caso  
Colômbia: educação para a paz 62–4  
referências bibliográficas 67–9  
Serra Leoa: processo de análise 56–8  
Sudão do Sul: política educativa 40, 59–61

Etiópia: seleção de professores 35

**F**erramenta da INEE de Apoio à concepção e implementação de Programas de Educação Sensível a questões de Conflito 12, 28, 33, 37, 41

Formação, desenvolvimento profissional e apoio aos professores 29, 30  
Libéria 30  
quadro de referência 49  
perguntas de reflexão 33

Formulação de leis e políticas 38–9  
quadro de referência 52  
perguntas de reflexão 41

**I**nstalações 25, 27  
quadro de referência 47  
perguntas de reflexão 28

Instrução e processos de aprendizagem 29, 30–2  
quadro de referência 49  
perguntas de reflexão 33

**L**ibéria  
política educativa 39  
apoio a professores 30

**M**onitorização 15, 19–20  
Territórios ocupados da Palestina 20  
quadro de referência 44  
referências bibliográficas 66  
perguntas de reflexão 24

**N**epal: participação comunitária 22

**P**artes Interessadas 38–9

Participação Comunitária 21  
Nepal 22  
quadro de referência 45  
perguntas de reflexão 24

Perfil do conflito 54

Planeamento e implementação 38, 39–40  
quadro de referência 53  
perguntas de reflexão 41

Política Educativa 8, 11, 38–41  
formulação de leis e políticas 38–9, 41, 52  
Libéria 39  
planeamento e implementação 38, 39–40, 41, 53  
quadro de referência 52–3  
perguntas de reflexão 41  
Sudão do Sul 40, 59–61

Princípios Orientadores para doadores 12

Professores e outros técnicos de educação 11, 34–7  
compensação 35–6  
condições de trabalho 34, 35–6, 37, 51  
quadro de referência 50–1  
recrutamento e seleção 34–5, 37, 50  
perguntas de reflexão 37  
Somália 36  
apoio e supervisão 34, 36, 37, 51

Proteção 25, 26–7  
quadro de referência 47  
perguntas de reflexão 28

Proteção infantil ver proteção

**Q**uadro de referência  
acesso e ambiente de aprendizagem 46–7  
política educativa 52–3  
requisitos básicos 43–6  
professores e outros técnicos de educação 50–1  
ensino e aprendizagem 48–50

Quênia: acesso igualitário 26

**R**ecursos da comunidade 22  
quadro de referência 45  
perguntas de reflexão 24

Recursos  
estudos de caso 56–64  
atividade e ferramentas de análise de conflito 54–5  
quadro de referência 43–53  
referências bibliográficas organizadas por tema 65–9  
ver recursos da comunidade

Recrutamento e seleção de professores 34–5  
Etiópia 35  
quadro de referência 50  
perguntas de reflexão 37

## Referências bibliográficas

análise de conflito 65  
conflito e educação 67  
Educação Sensível às questões de Conflito 66  
sensibilidade às questões de conflito 65–6  
auscultação de crianças e jovens 69  
currículo sobre construção de paz e cidadania 69  
educação, conflito e construção de paz 67–9  
monitorização e avaliação 66

## Requisitos Básicos 11, 15–24

análise 15–20, 24, 43–4  
participação comunitária 21–2, 24, 45  
coordenação 23, 24, 46  
quadro de referência 43–6  
perguntas de reflexão 24

## Requisitos Mínimos da INEE 9, 10–11

acesso e ambiente de aprendizagem 11, 25–8, 46–7  
política educativa 11, 38–41, 52–3  
requisitos básicos 11, 15–24, 43–6  
quadro de referência 43–53  
professores e outros técnicos de educação 11, 34–7, 50–1  
ensino e aprendizagem 11, 29–33, 48–50

Ruanda: educação para a paz 32

## Serviços 25, 27

quadro de referência 47  
perguntas de reflexão 28  
Serra Leoa 27

## Serra Leoa

educação e serviços psicossociais 27  
análise do processo 56–8

Somália: apoio aos professores 36

## Sudão do Sul

análise de conflito 19  
política educativa 40, 59–61

## Territórios ocupados da Palestina: monitorização 20

## UNICEF: «Peacebuilding, Education and Advocacy» 56

## Manual sobre Educação Sensível às questões de Conflito

O Manual disponibiliza um conjunto de estratégias para a conceção e implementação de programas e políticas de Educação Sensível às Questões de Conflito. Tendo por base os *Requisitos Mínimos da INEE: Preparação, Resposta e Recuperação*, esta publicação pretende orientar o desenho e operacionalização de respostas de Educação Sensível às questões de Conflito em todos os níveis, tipos e fases de um conflito. É uma ferramenta destinada a profissionais, formuladores de políticas e investigadores/as que trabalhem em contextos de fragilidade e afetados por conflitos. As estratégias e recursos apresentados no Manual pretendem promover o pensamento crítico ao invés de indicar medidas prescritivas, sendo necessária a sua adaptação à especificidade de cada contexto.

Este Manual é, por sua vez, complementado pelo Manual dos Requisitos Mínimos e outros recursos: a Ferramenta da INEE de Apoio à conceção e implementação de Programas de Educação Sensível a questões de Conflito e os Princípios Orientadores para a integração das questões de Conflito nas Políticas e Programas de Educação, disponíveis na página da INEE [www.ineesite.org/toolkit](http://www.ineesite.org/toolkit).